

“Profunda indignação”, afirmaram

Governadores do NE

repudiam o racismo

de Bolsonaro & Cia.

Reprodução - Twitter



Chamou os nordestinos de 'paraibas' e mandou discriminar o Maranhão

Momentos antes de seu café da manhã com jornalistas, na sexta-feira, Jair Bolsonaro se referiu pejorativamente aos governadores nordestinos como “paraibas” e recomendou ao chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que o Estado do Maranhão, em particular, não recebesse recursos federais. “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara”, disse Bolsonaro para Lorenzoni, sem saber que estava sendo gravado pela TV Brasil. A fala ocasionou uma enxurrada de protestos. Governadores, parlamentares, o general Rocha Paiva, a cantora Alcione e outros criticaram a fala racista. P.3

‘Não temo ditador, subditador e nem projeto de ditador’, afirma Flávio Dino

O governador do Maranhão Flávio Dino, do PCdoB, afirmou que Bolsonaro foi “movido por ódio e preconceito” ao dizer que “daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão”. “Não tenho medo de cara feia, de grito, não tenho medo de nada disso. Não tenho medo de ditador, de subditador, de projeto de ditador”, avisou o governador. **Página 3**

De quatro para Trump, Bozo não deixa a Petrobrás abastecer navios do Irã

Divulgação - Inpe



Num episódio inédito, Bolsonaro barrou, através da Petrobrás, o abastecimento de navios do Irã que trouxeram ureia ao Brasil e iam retornar ao seu país levando milho brasileiro. Revelando sua total submissão a Trump e suas criminosas sanções contra o Irã, Bolsonaro declarou a jornalistas que avisou às empresas sobre as sanções. A medida surpreendeu a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). “Completa surpresa”, afirmou o diretor-geral da Anec, Sérgio Mendes. **P.2**

Bolsonaro quer reduzir a multa por demissões sem justa causa

Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que estuda formas de reduzir a multa paga pelo empregador no FGTS em caso de demissões sem justa causa. E repetiu seu slogan antitrabalhador: “menos direitos e emprego, ou todos os direitos e desemprego”. **Pág. 5**

Câmara dos EUA condena racismo de Trump contra quatro deputadas

A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou uma inédita resolução que condena as tuitadas racistas de Donald Trump contra quatro parlamentares. Trump, entre outras coisas, mandou-as “voltar para seus países fracassados e infestados de criminosos”. **P. 7**

Capitã enfrenta tribunal italiano e defende resgate dos imigrantes

“É preciso evitar que esta situação se repita”, afirmou a capitã alemã, Carola Rackete, ao sair do Tribunal de Agrigento, na Sicília, onde defendeu seu resgate de imigrantes por motivos humanitários. **Página 6**

Bolsonaro foge de diretor do Inpe; SBPC apoia a instituição

Enquanto Bolsonaro fugia de enfrentar o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, declarando que não vai recebê-lo, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) manifestavam-se em defesa do Inpe e de seu diretor. Na sexta-feira (19/07), no café com jornalistas estrangeiros, Bolsonaro dissera que os dados do Inpe, sobre desmatamento, eram “mentirosos”. E atacou diretamente o professor Galvão,

um dos mais conceituados cientistas do país. “Até parece que ele está a serviço de alguma ONG, o que é muito comum”. Em resposta, o diretor do Inpe declarou que Bolsonaro “tomou uma atitude pusilânime, covarde, de fazer uma declaração em

público talvez esperando que peça demissão, mas eu não vou fazer isso. Eu espero que ele me chame a Brasília para eu explicar o dado [de aumento do desmatamento] e que ele tenha coragem de repetir, olhando frente a frente, nos meus olhos”. **Página. 3**

Moreira Mariz - Agência Senado



Bolsonaro insulta o general Rocha Paiva

Bolsonaro atacou o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, chamando-o de “melancia”. O general o criticou por suas declarações sobre os nordestinos. Rocha Paiva rebateu a fala racista de Bolsonaro, classificando o comentário de “antipatriótico e incoerente para quem diz ‘Brasil acima de tudo’”. **P.3**

Oposição cobra explicação sobre a suspensão de remédios do SUS

Os líderes da oposição no Congresso cobraram explicações sobre a suspensão dos contratos com laboratórios públicos para a produção de 19 medicamentos fornecidos a mais de 30 milhões de pessoas no SUS. Para a líder da Minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), é de “extrema relevância a presença do ministro da Saúde” para esclarecimentos. O líder da Oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), também defendeu a convocação. **Pág. 4**

Mães de crianças com microcefalia protestam contra os cortes no BPC

Mães de crianças com microcefalia protestaram em Recife (PE) contra o corte do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que recebiam do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Há três meses, 22 mães de crianças com microcefalia estão sem receber BPC do INSS no valor de R\$ 998, de acordo com a União de Mães de Anjos (UMA). **Página 4**

Governo anuncia corte de mais R\$ 1,44 bi do Orçamento

Zerar tarifa equivale à destruição da indústria

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, representantes da indústria manifestaram forte reação à Portaria 309 do Ministério da Economia, editada no dia 24 de junho, que reduz a zero o imposto de importação de bens de capital - máquinas e equipamentos usados na produção de outros bens -, além de produtos de informática e telecomunicações, "sem produção nacional equivalente".

De acordo com o governo, se o produto fabricado no Brasil for 5% mais caro que o importado, não será considerado "similar nacional".

Segundo os empresários, a portaria, além de prejudicar a produção nacional, vai atingir milhares de empregos.

As tarifas de importação variam entre 14% (bens de capital) e 16% (informática e telecomunicações). No entanto, através do Regime de Ex-Tarifário, que permite a tarifa zero por um tempo determinado, inúmeros produtos entram no país com benefício fiscal.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso, a portaria "equivale a dizer que a indústria será destruída".

"O regime Ex-Tarifário", enfatizou o empresário, "é um instrumento de política industrial que deveria ser usado para melhorar a produtividade e não somente para baratear a compra de um bem qualquer". Segundo ele, deve ser usado para trazer melhorias na produtividade, com o uso de tecnologias avançadas ainda não disponíveis no Brasil.

De acordo com Velloso, "hoje existem mais de 6 mil ex-tarifários vigentes. Em 2012, eram pouco mais de 3 mil. O Imposto de Importação é um colchão que visa a regular a competitividade de produtos nacionais frente a seus concorrentes, pois existe a clara percepção que não é possível simplesmente comparar preços internacionais devido ao Custo Brasil".

"Vamos lembrar que os automóveis, mesmo depois da abertura comercial, têm até hoje imposto de importação de 35%. Mas a Portaria 309 cria critérios de comparação de preço, prazo de entrega e fornecimentos anteriores que são irreais e criam uma imensa subjetividade", acrescentou o presidente da Abimaq.

Para o presidente da Abinee, Humberto Barbató, "o Ex-Tarifário é uma concessão temporária de redução do Imposto de Importação a zero em função de alguns aspectos. Por exemplo, só pode ser concedido a equipamentos novos. O que acontece com essa Portaria 309 é que [a alíquota zero] está sendo concedida para quaisquer bens, inclusive usados [remanufaturados]".

"O governo estabelece uma concorrência desleal, porque no Brasil só se fabricam produtos novos, não tem remanufaturados. A prática é de que quando se pede o Ex-Tarifário, já foi feita a compra do produto importado", disse Barbató. "Só aí há consulta a fornecedor brasileiro. Com isso, evidentemente se estabelecem dois pesos e duas medidas em que o estrangeiro vai sempre ter uma vantagem", completou.

Barbató defendeu também a concessão do Ex-Tarifário somente mediante consulta preliminar à Receita Federal, para que "a portaria não seja aberta com toda a facilidade".

O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletror), José Jorge do Nascimento Júnior, acredita que por trás da iniciativa está a defesa da abertura comercial feita pela governo. Ele alertou que essa abertura, dependendo do modo que for feita, pode gerar uma desindustrialização que acarretará grande índice de desemprego.

"Não é justo que alguém produza no Brasil algo em condições distintas de quem produz fora. E quem produz fora ainda chega aqui com produto mais barato porque tem benefício tributário. Isso não é razoável", disse o dirigente da Eletror. "Não podemos desempregar gente nem fazer as indústrias saírem do país. Não podemos fazer com que o risco de se produzir no Brasil aumente".

Continua no site

De quatro para Trump, Bozo não deixa a Petrobrás abastecer navios do Irã



Jair Bolsonaro e Donald Trump na Casa Branca, nos Estados Unidos

Liberar saque do FGTS maquia PIB e não gera emprego, diz SindusCon

Dirigentes de entidades que representam o ramo da construção civil criticaram a intenção do governo de liberar 35% do saldo das contas ativas e inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). "Não é que essa medida seja ruim para nós, mas para os brasileiros. A medida aquece o comércio momentaneamente e depois acaba. Mexe no consumo, maquia o PIB [Produto Interno Bruto], mas deixa de fora o setor que gera empregos e impostos", disse Ronaldo Cury, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP).

De acordo com Cury, a liberação dos depósitos do FGTS, a pretexto de fomentar o consumo, poderá reduzir o volume de investimentos destinados para habitação, saneamento e mobilidade urbana. "Além disso, coloca em risco a sustentabilidade do FGTS a longo prazo", ressalta.

"A liberação desse valor não traria o impacto positivo esperado e levaria a uma maior retração no setor no médio prazo", afirmou o vice-presidente do SindusCon. Segundo ele, o orçamento de R\$ 62 bilhões do FGTS para o estado de São Paulo neste ano foi zerado em junho. "O Fundo já está curto. Não está sobrando dinheiro, está faltando".

De acordo com Ronaldo Cury, a liberação de recursos do FGTS para o trabalhador deve diminuir o total disponível para a construção, o que pode aumentar o déficit habitacional do país que é de 7,7 milhões. Das famílias sem casa, 97,5% têm uma renda inferior a cinco salários mínimos.

"O trabalhador de baixa renda só consegue comprar uma casa se tiver ajuda: juro baixo e subsídio. Parte desse subsídio vem do lucro do FGTS", disse Cury.

O governo Bolsonaro havia anunciado na última

semana que liberaria cerca de R\$ 42 bilhões do FGTS, entretanto, na quarta-feira (17), o governo revisou os cálculos e diminuiu esse montante para algo em torno de R\$ 30 bilhões. Segundo os representantes da construção civil, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não consultou o setor sobre as mudanças que, para eles, poderão agravar ainda mais a situação financeira das empresas do ramo.

Eles afirmam, ainda, que foram pegos desprevenidos, porque um dia antes da divulgação pela mídia dos detalhes da proposta, o setor havia discutido com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, da ampliação do uso do FGTS como fonte para financiamentos para as áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura.

Após pressão do setor da construção civil, o governo adiou o anúncio do saque para a próxima semana.

"Ainda não vi simulações suficientes para saques dessa magnitude. É preciso ter cautela, serenidade. Não se pode simplesmente chegar lá e tirar os recursos do Fundo", declarou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "É como uma caixa d'água. Se você abre uma torneira, é preciso fechar outra ou colocar mais água. Não acredito que o governo vai tirar dinheiro dos investimentos para jogar no consumo", disse o executivo, após solenidade que marcou os 200 dias do governo, no Palácio do Planalto.

As contas do FGTS são divididas em duas categorias, contas ativas e inativas. As contas ativas são aquelas que recebem de forma regular os depósitos mensais efetuados pelo empregador. Já as inativas são as que deixaram de receber depósitos devido à rescisão do contrato de trabalho.

O FGTS pode ser sacado pelos trabalhadores em caso de dispensa sem justa causa por parte do empregador, aposentadoria e em outras circunstâncias especiais pre-

vistas em lei.

Em 2017, o governo Temer liberou o saque das contas inativas do FGTS para trabalhadores demitidos por justa causa ou que pediram para sair do emprego até dezembro de 2015. Os detentores de contas inativas também passaram a poder usar o FGTS para o financiamento de imóveis em 2016, após a edição da Medida Provisória 763/16, que foi convertida em lei no ano seguinte.

Carlos Martins, além de ressaltar que o FGTS tem servido como fonte de financiamentos para o mercado imobiliário, lembra que no ano passado o governo anterior liberou R\$ 111 bilhões do FGTS, o que já colocaria em risco o encaixe para os financiamentos de imóveis a partir de 2021.

"O governo sempre acaba atacando o Fundo de Garantia"

"Nós não concordamos e não é por corporativismo. Entendemos que foi uma medida que já na vez passada não foi boa", disse Martins, referindo-se ao pretexto do governo de ativar a economia através da liberação dos recursos do FGTS. "Você pega um monte de dinheiro que está em poucas contas e aí não vai para o consumo, mas sim para a aplicação financeira. O que acontece é que não surte o efeito desejado, como não surtiu".

Segundo a CBIC, 45% do saldo das contas inativas do FGTS está concentrado em apenas 2% das contas, que têm valores acima de um salário mínimo. Os outros 98% das contas inativas têm até um salário mínimo cada. "O governo sempre acaba atacando o Fundo de Garantia", afirmou.

Dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) apontam que, para cada R\$ 100 mil sacados em FGTS, uma moradia popular pode deixar de ser construída.

A medida surpreendeu a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que tem no Irã o maior importador de milho do Brasil e está entre os principais compradores de soja e carne bovina

pedido da estatal brasileira. Num episódio inédito, Bolsonaro barrou, através da Petrobrás, o abastecimento de navios do Irã que trouxeram ureia ao Brasil e iam retornar ao seu país levando milho brasileiro.

Além dos navios Bavand e Termeh, fundeados em Paranaguá (PR), outros dois navios de bandeira iraniana (Ganj e The Finder) estão em Imbituba (SC) na mesma situação.

Revelando sua total submissão a Trump e suas criminosas sanções contra o Irã, Bolsonaro declarou a jornalistas que avisou às empresas sobre as sanções.

"Eu particularmente estou me aproximando cada vez mais do Trump, fui recebido duas vezes por ele. Ele é a primeira economia do mundo, segundo o mercado econômico. E hoje abri, inclusive aos jornalistas estrangeiros, uns 20 presentes, que o Brasil está de braços abertos para fazermos acordos, parcerias. O Brasil é um país que não tem conflito em nenhum lugar do mundo, graças a Deus, pretendemos manter nessa linha, mas entendemos que outros países têm problemas e nós aqui temos que cuidar dos nossos em primeiro lugar", declarou Bolsonaro.

A Petrobrás se negou a fornecer combustível aos navios sob a alegação de que os navios estão na "lista negra" da OFAC (Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA), órgão ligado ao departamento de tesouro do governo norte-americano. "Caso a Petrobrás venha a abastecer esses navios, ficará sujeita ao risco de ser incluída na mesma lista, sofrendo graves prejuízos decorrentes dessa sanção", disse a estatal em nota, na sexta-feira (19).

Os navios estão atracados no Porto de Paranaguá (PR) desde início de junho. O navio MV Bavand já está carregado com 48,4 mil toneladas de milho, avaliadas em R\$ 45,5 milhões, e deveria ter partido para o Irã no dia 8 de junho. O MV Termeh aguarda, desde o dia 9 de junho, o combustível para seguir rumo ao Porto de Imbituba (SC), onde receberá aproximadamente 60 mil toneladas de milho a granel, no valor aproximado de R\$ 60 milhões.

A medida surpreendeu a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que tem no Irã o maior importador de milho do Brasil e está entre os principais compradores de soja e carne bovina. Só este ano, até junho, o país asiático importou cerca de 2,5 milhões de toneladas de milho do Brasil.

"Completa surpresa, os navios das nossas exportadoras continuam exportando normalmente, qualquer sanção em comida está fora. Daria que não espero impacto (na exportação de milho e soja do Brasil), comida está fora dessa história, alimento está fora de qualquer processo de sanção", afirmou o diretor-geral da Anec, Sérgio Mendes, à Reuters. "Tanto que os navios dos nossos associados estão carregando normalmente", enfatizou.

De acordo com informações de agentes do setor portuário, navios afretados por outras companhias de outras países, que carregavam milho brasileiro, deixaram o Brasil recentemente sem qualquer problema.

Segundo o site Portos e Navios, uma liminar do desembargador da 2ª vara cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), concedida em 4 de julho, obrigou a Transpetro a fornecer em caráter de urgência o combustível IFO 380 em quantidade suficiente para que os dois primeiros navios nessa situação pudessem retornar ao Irã, concluindo a exportação de aproximadamente 100 mil toneladas de milho a granel, cujo valor de mercado é da ordem de R\$ 100 milhões.

Porém, a liminar foi casada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffi, após recurso impetrado pela Petrobrás. Como a decisão é preliminar, será analisada pelo colegiado do Supremo. O processo tramita em segredo de Justiça a

pedido da estatal brasileira.

EXCEÇÃO HUMANITÁRIA

Segundo a empresa exportadora, o não fornecimento de combustível pode fazer com que as embarcações fiquem à deriva, "colocando em risco os tripulantes, o navio, a carga, o meio ambiente e as demais embarcações que estiverem fundeadas em Paranaguá".

A exportadora afirma que as sanções americanas não poderiam impedir a Petrobrás de abastecer essas embarcações. Isso porque elas transportam milho, o que as colocaria em "exceção humanitária".

"Ainda que a norma do Tesouro Americano fosse aplicada à Petrobrás, o transporte de alimentos é uma das exceções previstas no que a lei americana chama de 'Humanitarian Exception', ou exceção humanitária, que é uma licença geral para o transporte de commodities agrícolas, comida, medicamentos e equipamentos médicos", afirma o escritório de advocacia que defende a exportadora que afretou os navios.

Nota da exportadora

"Sobre o caso dos navios iranianos que aguardam decisão judicial para deixar porto de Paranaguá, esclarecemos que:

O impasse é restrito à Petrobrás e a empresa brasileira que afretou as embarcações para exportar milho. Não há qualquer impasse com o Departamento de Tesouro dos EUA ou com as autoridades portuárias. Toda a documentação de liberação dos navios já foi fornecida pelas autoridades brasileiras.

As restrições de contratação com entidades listadas pelo OFAC (departamento do Tesouro americano que trata de sanções econômicas) são aplicáveis a cidadãos e entidades norte-americanos, não à Petrobrás.

O combustível será usado para possibilitar a exportação de milho. Ainda que a norma do Tesouro Americano fosse aplicada à Petrobrás, o transporte de alimentos é uma das exceções previstas no que a lei americana chama de "Humanitarian Exception", ou exceção humanitária, que é uma licença geral para o transporte de commodities agrícolas, comida, medicamentos e equipamentos médicos.

O que a empresa brasileira pretende é que lhe seja fornecido combustível. A empresa brasileira NAO está listada pelo Departamento de Tesouro norte-americano, diferentemente do que foi informado na reportagem. A empresa iraniana é somente a dona da embarcação e não possui qualquer relação com a Petrobrás.

O fornecimento de combustível não tem qualquer relação com a importação de ureia (um fertilizante comum, que a própria Petrobrás também comercializa) para o Brasil, uma vez que essa importação já foi finalizada. Seja como for, a ureia é uma commodity agrícola e, portanto, produto de livre circulação conforme as normas norte-americanas invocadas pela Petrobrás para recusar o abastecimento.

Não há outras alternativas viáveis e seguras para o abastecimento das embarcações, que dependem de um tipo específico de combustível cujo fornecimento é monopólio da Petrobrás.

O não fornecimento do combustível fará com que as embarcações fiquem à deriva a qualquer momento, colocando em risco os tripulantes, o navio, a carga, o meio ambiente e as demais embarcações que estiverem fundeadas em Paranaguá.

O Irã é um parceiro comercial importante para o Brasil, sendo o maior importador de milho brasileiro de acordo com informações públicas do MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A liminar do Tribunal de Justiça do Paraná, a favor da empresa brasileira, foi suspensa, aguardando nova decisão do STF nos próximos dias. Ou seja, a liminar não foi definitivamente reformada. ELIANA REIS

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSALIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Agressão do presidente ao NE é repudiada por governadores



Em Carta, governadores exigem respeito à Constituição e à democracia

Flávio Dino: Bolsonaro foi movido por ódio e preconceito contra a região e seus cidadãos

O governador do Maranhão Flávio Dino, do PCdoB, afirmou que Bolsonaro foi "movido por ódio e preconceito" ao dizer que "daqueles governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão". "É muito lamentável que o presidente da República se dirija a uma parte do país de modo depreciativo, utilizando uma expressão marcadamente preconceituosa e que embute essa visão de superioridade de alguns sobre outros", afirmou Flávio Dino ao jornal O Imparcial.

Sem perceber que estava com o microfone ligado, Bolsonaro falou para o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que "desses governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão. Tem que ter nada pra esse cara". "Recebi com espanto esse nível de ódio e agressividade. De um lado, é algo incompatível com a Constituição e com o princípio federativo; de outro, constitui uma ruptura unilateral, por parte dele, do clima respeitoso que sempre houve no Brasil", disse o governador do Maranhão.

“Do ponto de vista pessoal, fica uma indignação por uma agressão injusta, desrespeitosa em relação ao trabalho sério que é feito no nosso estado”. Porém, “não é a opinião isolada do presidente da República, movido por ódio e preconceito, que vai afetar minha atuação. Acredito nos valores democráticos e republicanos e não afasto um milímetro da minha atuação”.

“Não tenho medo de cara feia, de grito, não tenho medo de nada disso. Não tenho medo de ditador, de subditador, de

projeto de ditador”, declarou o governador. Para Flávio Dino, que foi advogado, a fala de Bolsonaro “enja em consequências políticas e jurídicas, sob a ótica do crime de preconceito regional, de ameaça – já que configura uma perseguição política”. Os governadores do Nordeste se reuniram e emitiram uma nota de repúdio às declarações de Jair Bolsonaro. “Nossa primeira atitude é de defesa do nosso estado, da nossa região e, portanto, de repúdio, protesto e indignação a esse tipo de tratamento”, disse Flávio Dino. Outra reunião entre eles está marcada para o dia 29 e acontecerá em Salvador. Segundo Dino, o tema da denúncia contra Bolsonaro por racismo poderá estar na pauta. “Eu não tomarei nenhuma atitude individual, porque acho que não me cabe, na medida em que, embora eu tenha merecido um 'destaque' – de, na ótica dele, ser o pior governador –, eu sempre coloco na frente o que achei de mais grave, que foi o ataque à região e a todos os cidadãos e cidadãs dela; e o anúncio de uma determinação de perseguição contra um conjunto de governadores”.

Governantes cobram de Bolsonaro explicação sobre termo “paraíba” usado por ele para depreciar os nordestinos

Momentos antes de seu café da manhã com jornalistas, na sexta-feira, Jair Bolsonaro se referiu pejorativamente aos governadores nordestinos como “paraibas” e recomendou ao chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que o Estado do Maranhão, em particular, não recebesse recursos federais.

“Para este aí do Maranhão, nada”, disse ele. “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada para esse cara”, disse Bolsonaro para Lorenzoni, sem saber que estava sendo captado pela TV Brasil.

Nas redes sociais, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), comentou: “Em um dia, ele atacou Miriam Leitão, desprezou a fome – contrariando a ciência e o senso comum, pois basta andar na rua –, e chamou os governadores de ‘paraibas’. A cabeça é movida pelo confronto, e o coração, infelizmente, está possuído de ódios. Parece chamar todos os nordestinos de ‘paraíba’ e me ameaça, com estranha raiva. Lamento e espero explicações, pois isso é algo realmente inedito e incompatível com a Constituição.”

O termo “paraíba” é uma

designação pejorativa e racista, comum em certas camadas da Zona Sul do Rio de Janeiro, para designar os nordestinos. Abaixo, a íntegra do documento dos governadores nordestinos:

Carta dos Governadores do Nordeste

Nós, governadores do Nordeste, em respeito à Constituição e à democracia, sempre buscamos manter produtiva relação institucional com o Governo Federal.

Independentemente de normais diferenças políticas, o princípio federativo exige que os governos mantenham diálogo e convergências, a fim de que metas administrativas sejam concretizadas visando sempre melhorar a vida da população.

Recebemos com espanto e profunda indignação a declaração do presidente da República transmitindo orientações de retaliação a governos estaduais, durante encontro com a imprensa internacional.

Aguardamos esclarecimentos por parte da presidência da República e reiteramos nossa defesa da Federação e da democracia.

19 de julho de 2019

- PAULO CÂMARA – Governador do Estado de Pernambuco
- FLÁVIO DINO – Governador do Estado do Maranhão
- RUI COSTA – Governador do Estado da Bahia
- CAMILO SANTANA – Governador do Estado do Ceará
- JOÃO AZEVEDO – Governador do Estado da Paraíba
- RENAN FILHO – Governador do Estado de Alagoas
- WELLINGTON DIAS – Governador do Estado do Piauí
- FÁTIMA BEZERRA – Governadora do Rio Grande do Norte

Bolsonaro ataca general que chamou de ‘antipatriótica’ sua fala contra nordestinos

“O Nordeste é o berço do Brasil. Sabia disto presidente?”, disse o general Paiva

Bolsonaro atacou o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, que o criticou por suas declarações sobre os nordestinos, chamando-o de “melancia”. Em seu Twitter, ele escreveu: “Mas o melhor de tudo foi ver um único general, Luiz Rocha Paiva, se aliar ao PCdoB de Flávio Dino, para me chamar de antipatriótico. Sem querer descobrimos um melancia, defensor da Guerrilha do Araguaia, em pleno século XXI”.

“Melancia” (verde por fora, vermelho por dentro) era o termo usado pelos doentes anticomunistas, antes de 1964, para atacar democratas e patriotas.

O general Rocha Paiva foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Comandante do Exército.

É esse o homem que Bolsonaro – obrigado a sair do Exército por incompatibilidade com a disciplina militar (https://horadopovo.org.br/terrorista-de-baixa-potencia/) – agrediu.

A Guerrilha do Araguaia parece uma obsessão de Bolsonaro, talvez por sua falta de estatura – em português claro: por sua covardia -, que não consegue absorver um acontecimento histórico caracterizado pelo heroísmo.

Pela segunda vez – na sexta-feira e no domingo – ele menciona a Guerrilha do Araguaia.

Na primeira vez, para dizer que a jornalista Miriam Leitão “estava indo para a guerrilha do Araguaia quando foi presa em Vitória”.

O que é mentira. No domingo, para dizer que um dos generais mais ilustres das Forças Armadas é “defensor da Guerrilha do Araguaia”.

O que é mentira. O que o general Rocha Paiva fez foi classificar os ataques de Bolsonaro aos nordestinos – chamados de “paraibas” – de “antipatrióticos” e “incoerentes”, ao “menosprezarem” a população da segunda região mais populosa do país (https://horadopovo.org.br/fala-do-presidente-sobre-o-nordeste-e-antipatriotica-diz-general-rocha-paiva/).

Além disso, sua instrução para o chefe da Casa Civil sobre o Maranhão (“Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada para esse cara”) é um atentado à Constituição (v. Governadores do Nordeste repudiam racismo e retaliações de Bolsonaro).

A declaração do general Rocha Paiva foi, inclusive, conciliadora, isto é, civilizada: “Tem que ter calma, mas mostrar para ele o quanto perdeu com essa grosseria com que menosprezou uma região do Brasil e seus habitantes. Um comentário antipatriótico e incoerente para quem diz ‘Brasil acima de tudo’. O Nordeste é o berço do Brasil. Sabia disto presidente?”

O general enfatizou que a sua declaração visava defender “seus irmãos nordestinos”.

Porém, um troglodita como Bolsonaro não acha que a verdade – ou a Constituição – tenham alguma importância.

Bolsonaro dá apoio a Toffoli por acobertar crimes de seu filho

Jair Bolsonaro hipotecou seu apoio ao atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que, na segunda-feira (15/07), paralisou as investigações sobre as movimentações financeiras suspeitas de seu filho, Flávio Bolsonaro.

Com sua já conhecida proficiência verbal, Bolsonaro declarou o seguinte:

“Pelo o que eu sei, pelo o que está na lei, dados repassados, dependendo para quê, devem ter decisão judicial. E o que é mais grave na legislação. Os dados, uma vez publicizados, contaminam o processo.”

A consideração – que apenas expressa o desejo de Bolsonaro, contemplado por Toffoli –, exposta durante entrevista coletiva na sexta-feira (19/07), é absolutamente mentirosa, coisa ainda mais grave quando se trata do presidente da República.

Mais ainda quando se trata do respeito às leis do país.

E, mais ainda, quando a decisão de Toffoli, a pedido de Flávio Bolsonaro, paralisou todas as investigações abertas a partir de movimentações suspeitas detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), pela Receita Federal e pelo Banco Central (BC) e comunicadas, de acordo com a lei, ao Ministério Público ou à Polícia.

O que inclui investigações sobre as milícias, no Rio de Janeiro; investigações sobre o PCC, em São Paulo; e investigações sobre corruptos, ladrões do dinheiro e do patrimônio do povo, em todo o país.

Algumas horas antes da declaração de Bolsonaro, a direção da Polícia Federal (PF) orientou todos os seus delegados a devolver à Justiça os inquéritos que continham dados do Coaf, da Receita ou do BC.

O que significa, segundo fontes da PF, centenas de inquéritos sobre

corrupção, tráfico e outras formas de crime organizado, interrompidos pela decisão de Toffoli em prol de Flávio Bolsonaro.

LEIS

A autorização para que os órgãos de fiscalização (Coaf, Receita, BC) enviem os casos suspeitos de crime para o Ministério Público e a Polícia (federal ou estadual) está expressa nas leis, entre elas:

1) Na Lei Complementar nº 105/2001, que regulamenta o sigilo bancário (“Art. 1º §3º Não constitui violação do dever de sigilo: IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa”).

Esta Lei Complementar regulamenta, exatamente, a parte do artigo 5º da Constituição que é a base do sigilo bancário.

Resumindo o parágrafo acima: qualquer banco privado, diante de um ilícito, pode enviar o caso para o Ministério Público ou para a Polícia – aliás, é obrigado a fazer isso.

Quando mais quando se trata de órgãos públicos, como o Coaf, a Receita e o BC.

2) Pela lei Lei nº 9.613/1998, que criou o Coaf com a função de combater a lavagem de dinheiro proveniente do crime (“art. 15: O Coaf comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito”).

Veja matéria na íntegra no site do HP: https://horadopovo.org.br/bolsonaro-da-ajuda-a-toffoli-por-acobertar-crimes-de-seu-filho/ C.L.

Governo corta mais 1,44 bi do Orçamento

O governo anunciou na segunda-feira (22) mais um bloqueio de R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento. Fez isso depois de ser obrigado, mesmo com tantas evidências, a revisar a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e admitir que sua política entreguista segue empurrando a economia do país ladeira abaixo.

Em março, com três meses de governo, e com as expectativas já começando a desabar, o Planalto havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos gigantescos de estudantes e professores em 15 de maio.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o piso para os gastos públicos, para que não ocorra o caos generalizado, deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Os gastos disciplinares (não obrigatórios) estão bem próximos disso, em R\$ 87,41 bilhões em 2019.

O bloqueio anunciado só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada “reserva orçamentária” – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa re-

serva. Devido aos contingenciamentos de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimados para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série histórica do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não quis informar quais áreas do governo sofrerão com os novos cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios até agora, estão: Investimentos em infraestrutura; Ações de defesa agropecuária; Bolsas do CNPq; Concessão de bolsas de estudo (Capes); Pronatec; Emissão de passaportes; Farmácia popular; Fiscalização ambiental (Ibama); Bolsas para atletas; Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar; Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

SBPC e Academia de Ciências lançam notas em defesa do Inpe e de seu diretor Galvão

Críticas de Bolsonaro à instituição que atua há 60 anos “são inaceitáveis e lesivas ao conhecimento científico”

Enquanto Bolsonaro fugia de enfrentar o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, declarando que não vai recebê-lo, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) manifestavam-se em defesa do Inpe e de seu diretor.

Na sexta-feira (19/07), no café com jornalistas estrangeiros, Bolsonaro dissera que os dados do Inpe, sobre desmatamento, eram “mentirosos”. E atacou diretamente o professor Galvão, um dos mais conceituados cientistas do país: “Até mandei ver quem é o cara que está à frente do Inpe para vir explicar aqui em Brasília esses dados aí, que passaram para a imprensa. Até parece que ele está a serviço de alguma ONG, o que é muito comum”.

Em resposta, o diretor do Inpe declarou que Bolsonaro “tomou uma atitude pusilânime, covarde, de fazer uma declaração em público talvez esperando que peça demissão, mas eu não vou fazer isso. Eu espero que ele me chame a Brasília para eu explicar o dado [de aumento do desmatamento] e que ele tenha coragem de repetir, olhando frente a frente, nos meus olhos. Ele fez comentários impróprios e sem nenhum embasamento e fez ataques inaceitáveis não somente a mim, mas a pessoas que trabalham pela ciência deste país. Ele disse estar convicto de que os dados do Inpe são mentirosos. Mais do que ofensivo a mim, isso foi muito ofensivo à instituição.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios até agora, estão: Investimentos em infraestrutura; Ações de defesa agropecuária; Bolsas do CNPq; Concessão de bolsas de estudo (Capes); Pronatec; Emissão de passaportes; Farmácia popular; Fiscalização ambiental (Ibama); Bolsas para atletas; Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar; Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).



Atitude pusilânime, diz Galvão, diretor do Inpe

Mas continuou atacando a instituição.

MANIFESTO

O Conselho da SBPC deliberou, no dia 20/7, por unanimidade, manifestar seu apoio integral ao INPE, “dirigido pelo Dr. Ricardo Galvão, face às críticas do trabalho do INPE de monitoramento do desmatamento da Amazônia brasileira, apresentadas em entrevista à imprensa internacional pelo Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro”.

“O Diretor do INPE, Dr. Ricardo Galvão, é um cientista reconhecido internacionalmente, que há décadas contribui para a ciência, tecnologia e inovação do Brasil”.

“Críticas sem fundamento a uma instituição científica, que atua há cerca de 60 anos e com amplo reconhecimento no País e no exterior, são ofensivas, inaceitáveis e lesivas ao conhecimento científico”, afirma a SBPC.

Veja a matéria completa com as manifestações da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências na íntegra no site do HP - https://horadopovo.org.br/bolsonaro-foge-de-diretor-do-inpe-sbpc-e-academia-de-ciencias-defendem-instituicao/

Foto: Moreira Moriz/Agência Senado

Divulgação

Future-se representa extinção da Educação Federal Pública

Organizações lançam manifesto em defesa do ensino público e convocam paralisações para dia 13 de agosto

Entidades da educação lançaram Manifesto em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito. O documento surge após o lançamento do programa "Future-se" que abre espaço para a privatização das instituições federais de ensino.

No manifesto entidades como a Andes, a CNTE, UNE, UBES e ANPG denunciam que o governo Bolsonaro escolheu a universidade como inimiga de sua gestão e o faz ao promover cortes financeiros que ameaçam o tripé ensino, pesquisa e extensão, ao desvalorizar o trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, promover campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades e perseguir professores e cientistas.

As organizações entendem que estão colocadas com o programa, as intenções de desresponsabilizar o Estado na garantia do financiamento da educação superior, pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, entre outros.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), o Future-se "altera os eixos históricos que sustentam o

Manifesto em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito

"A educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal: cortes financeiros que ameaçam o tripé da universidade brasileira (ensino, pesquisa e extensão), desvalorização do trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades, perseguição a professores e cientistas. Apesar do papel estratégico das instituições de ensino para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, assim como para a formação de qualidade e a oferta de serviços necessários para a sociedade brasileira, o atual governo escolheu a Universidade como inimiga de sua gestão.

Nos últimos dias, a grande imprensa vem noticiando sobre um projeto de reforma da "autonomia financeira" para a educação superior pública federal imposta pelo Ministério da Educação. Embora as informações ainda sejam difusas, trata-se do maior e mais profundo ataque à autonomia das instituições de ensino, abrindo caminho para a privatização do ensino superior e cobrança de mensalidades. Trata-se de mais um passo rumo à destruição de todo nosso sistema educacional.

Em uma só medida, Bolsonaro e Weintraub pretendem:

- desresponsabilizar o Estado na garantia do financiamento da educação superior, aprofundando os cortes e contingenciamento já iniciados;
- pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego;
- reverter a democratização da universidade que permitiu nos últimos 15 anos a entrada de milhares de estudantes de segmentos historicamente excluídos, como pobres, negros, índios, mulheres.

É importante ressaltar que os cortes nos orçamentos das universidades atingem não apenas o ensino, mas também o desenvolvimento científico de pesquisas que, por exemplo, contribuem para o descobrimento de vacinas, medicamentos e a produção de alimentos, assim como a extensão da universidade, por meio da qual estudantes, professores e técnicos prestam serviços para as comunidades (por exemplo, hospitais universitários e escolas).

Esses ataques contra as instituições de ensino superior fazem parte de um projeto político que mata os sonhos da juventude brasileira e o futuro do país ao destruir serviços públicos e reti-

caráter público e socialmente referenciado das instituições".

"As universidades e institutos federais são patrimônios de toda a sociedade e têm que ser defendidos por toda a população. O que também está em jogo são os serviços que as instituições prestam para toda a sociedade", destaca o sindicato.

O manifesto é assinado pelas entidades: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet), Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Profites), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

rar direitos sociais. Parte desta mesma agenda é a Reforma da Previdência que, após ser aprovada em primeiro turno, será votada em 6 de agosto.

Diversas universidades já alertaram que não conseguem chegar ao próximo semestre se os cortes não forem revertidos. Agências de fomento não conseguirão pagar as bolsas de estudos de pós-graduação. A UFMT, por exemplo, teve sua energia elétrica cortada, significando que aulas não serão dadas, pesquisas não serão concluídas e a prestação de serviços será prejudicada. Além disso, estudantes que dependem de políticas públicas não conseguirão permanecer na universidade.

A política que Bolsonaro e seu ministro vem apresentando caminha na contramão da valorização do Ensino Superior. Países desenvolvidos investem em educação e ciência públicas e em momentos de crises financeiras contribuem para a retomada do desenvolvimento brasileiro. Enquanto anuncia cortes na educação e ciência, o governo triplica o orçamento para propaganda do governo, compra parlamentares para aprovação de seus projetos e permite o gasto de mais de R\$ 1 bilhão de reais por dia para o pagamento de juros da dívida pública brasileira.

Diante desse cenário, precisamos estar atentos e preparados na resistência e em defesa da educação e da ciência públicas. Precisamos mobilizar cada vez mais a sociedade para lutar contra as medidas do governo Bolsonaro, dentre elas a sua tentativa de destruir a Previdência Pública por meio da PEC 6/2019 e a Educação Pública por meio de cortes orçamentários e do novo Programa Ministerial.

Em defesa da educação pública e gratuita conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto. Também destacamos a necessidade de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Em defesa da educação pública e gratuita!
Contra a privatização e os cortes nos investimentos em educação!
Construir a Greve Nacional da educação em 13 de agosto!
Combater a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos!

Assinar este Manifesto: Andes-SN, ANPG, CNTE, Fasubra, Fenet, Profites, SINASEFE, UBES e UNE"



"Enquanto anuncia cortes na educação e ciência, o governo compra parlamentares para aprovação de seus projetos", destacou o manifesto

Oposição quer esclarecimentos de Mandetta pela suspensão de medicamentos no SUS

A deputada federal, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara, protocolou um requerimento pedindo que o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, seja convidado para prestar esclarecimentos sobre as Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e a produção de medicamentos e insumos pelos laboratórios públicos e privados nacionais.

Nesta semana, veio a público a suspensão dos contratos para a produção de 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para mais de 30 milhões de pessoas no país.

Foram suspensos contratos com sete laboratórios públicos nacionais para a produção desses medicamentos, que produzem remédios para tratamento de câncer, diabetes e transplantados.

Segundo o governo, os medicamentos seriam comprados de laboratórios estrangeiros no futuro.

A deputada pede que o ministro compareça à Comissão de Seguridade Social e Família. "Diante

da importância de uma política eficaz para o acesso da população aos medicamentos e insumos necessários à promoção de sua saúde, consideramos de extrema relevância a presença do ministro", afirmou Jandira.

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição, também defendeu que Mandetta compareça ao plenário para explicar o ocorrido. "Queremos que o Ministro venha explicar para a Câmara por que o governo está suspendendo convênios para a produção de remédios indispensáveis para a saúde e a vida da população. Por isso, vamos requerer sua convocação".

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) considerou a medida um crime. "Remédios fundamentais para a vida de milhares de pessoas serão cortados. Um governo comprometido com a morte", disse ele.

SENADO

Além da iniciativa de Feghali, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) entrou com pedido de medida cautelar, na Justiça Federal, para que o Ministério esclareça a o cancelamento dos contratos.

O senador também protocolou um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, para a realização de uma audiência com Mandetta sobre o assunto.

Segundo Contarato, sem os contratos essas 19 medicações podem faltar aos pacientes e isso não pode acontecer.

O senador Paulo Paim (PT-RS) alertou que os pacientes dependem da medicação, a maioria com câncer, diabetes e transplantados. "O descaso com a saúde da população é uma constante. Há uma clara intenção de sucatear o sistema para privatizá-lo", protestou.

Em nota, o Ministério justificou a suspensão das empresas por considerar alto o preço dos medicamentos nos laboratórios públicos federais.

Os laboratórios com contratos cancelados são: Biomanguinhos, Butantã, Bahiafarma, Tecpar, Farmanguinhos e Furp. Eles fabricam os remédios como parte de uma parceria com o ministério e fornecem os fármacos a preços 30% menores que os de mercado.

Bolsonaro exclui médicos, juristas e psicólogos do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

Na segunda-feira (22), Bolsonaro assinou um decreto em que exclui as vagas reservadas a especialistas e representantes da sociedade civil, como médico, psicólogo e jurista, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

O Conad era composto por 31 representantes, sendo que 17 destes possuíam cargo de ministro ou eram indicados por ministérios e órgãos federais, além de um integrante de conselho estadual sobre drogas. As 13 vagas restantes eram destinadas aos especialistas e representantes da sociedade civil, que foram excluídas.

Com o decreto, o Conad possui agora 14 membros, 12 deles com cargo de ministro ou indicados por ministérios ou órgãos federais, além de dois integrantes de conselho estadual e órgão estadual sobre drogas.

Com a mudança, os cargos extintos foram:

- Médico, indicado pelo Conselho Federal de Medicina;
- Psicólogo, indicado pelo Conselho Federal de Psicologia;
- Enfermeiro, indicado pelo Conselho Federal de Enfermagem;
- Assistente social, indicado pelo Conselho Federal de Serviço Social;
- Jurista, indicado pela OAB;
- Educador, indicado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Cientista, indicado



pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

- Estudante, indicado pela União Nacional de Estudantes (UNE).

Ainda, dos indicados pelo presidente do conselho, foram extintos:

- Um de imprensa, de projeção nacional;
- Um antropólogo;
- Um do meio artístico, de projeção nacional;
- Dois de organizações do terceiro setor, de abrangência nacional, de comprovada atuação na área de redução da demanda de drogas.

DECRETOS

Em seis meses de governo, Bolsonaro só publicou menos decretos que o governo Collor. Não é a primeira vez que os decretos do presidente alteram a composição de conselhos. Na semana passada, outro decreto reduziu pela metade a participação de representantes da indústria cinematográfica no Conselho Superior do Cinema, órgão responsá-

vel por elaborar a política nacional para o setor.

Em maio, o governo reduziu e alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O conselho é o principal órgão consultivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e é responsável por estabelecer critérios para licenciamento ambiental e normas para o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente.

Na manhã de segunda-feira (22), Bolsonaro disse que pretende extinguir "a grande maioria dos conselhos" formados por representantes do governo e da sociedade civil.

"Nós queremos enxugar os conselhos, extinguir a grande maioria deles para que o governo possa funcionar. Não podemos ficar refém de conselhos, muitos deles [ocupados] por pessoas indicadas por outros governos", afirmou após participar de um evento com oficiais da Aeronáutica, em Brasília.



Benefício é a única fonte de renda para a maior parte das crianças

Mães de crianças com microcefalia protestam contra corte no BPC

Mães de crianças com microcefalia realizaram protesto na capital de Pernambuco, Recife, na última quinta-feira (18), contra o corte do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que recebiam do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Há três meses que 22 mães de crianças com estão sem receber BPC do INSS no valor de R\$ 998, de acordo com a União de Mães de Anjos (UMA). O BPC foi suspenso sem nenhum tipo de irregularidade registrada ou comunicação às famílias.

Pernambuco foi um dos estados que mais sofreu com o surto de microcefalia em 2015, que em todo o país registrou cerca de três mil crianças que nasceram com a síndrome congênita causada pelo vírus da zika.

"É um absurdo termos que fazer barulho para reivindicar por algo que temos o direito de receber. É uma mistura de revolta e humilhação, mas não vamos nos calar", falou a presidente da UMA, Germana Soares.

Segundo Germana, o benefício mensal era a única renda de boa parte das famílias e fundamental para arcar não apenas com os custos das consultas, exames e terapias dos pequenos, mas também da própria despesa de casa.

"O benefício nos ajuda com tudo, porque é nossa única renda. Desde que as crianças nasceram a gente não consegue mais trabalhar. É uma dedicação extrema. Devido à complexidade das crianças e das necessidades delas esse dinheiro é para absolutamente tudo. É o sustento da casa, pagando as contas de aluguel, água, luz e o sustento dos outros filhos. Esse dinheiro é a sobrevivência dessas mulheres, dessas mães", afirmou Germana.

"No fim de junho, eu não recebi o BPC. Não avisaram nada e, quando eu fui sacar, não tinha dinheiro. Perguntei em um grupo de mães e vi que mais mulheres estavam com o mesmo problema", afirma Germana Soares, presidente da UMA.

Quando questionam o motivo da suspensão do benefício, a resposta que muitas dessas mulheres recebem no INSS é que elas precisariam aguardar de 30 a 80 dias para voltar a receber o BPC. No entanto, os custos com leite, remédio e moradia continuam. "Como está a situação dessas mulheres? Elas estão vivendo de que? Tão comendo o que? Esse povo vai morar onde? Cadê o cuidado com essas crianças?", questionou Germana.

Gleyse Kelly conta que tem sido um sufoco administrar o pouco dinheiro para garantir a alimentação e remédios da filha. A ajuda de parentes e amigos tem sido fundamental. "Enquanto isso as dívidas não esperam e vão se acumulando. Não podemos ficar sem ele porque essas crianças dependem de uma alimentação cara, medicamentos caros. Fazemos todo esforço possível para segurar o mês, mas é muito difícil a situação, pois tem mães que dependem só do benefício, que é o meu caso", fala. Gleyse.

Motorista avança contra ato do MST e mata idoso

Um motorista não identificado avançou com uma caminhonete contra uma manifestação de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na manhã desta quinta-feira (18), em Valinhos (SP), e atropelou três pessoas.

Luiz Ferreira da Costa de 73 anos, foi levado à UPA de Valinhos ainda com vida, mas não resistiu. O atropelamento aconteceu em frente ao acampamento do MST, Marielle Vive.

"Ele vivia no acampamento com a família e andava todo animado porque tinha se matriculado no EJA (Educação de Jovens e Adultos) e ia aprender a ler e escrever", disse o advogado Alfredo Bonardo, que presta serviços ao MST.

Cerca de 500 integrantes do MST, que vivem no local, distribuíam alimentos e protestavam exigindo fornecimento de água para o acampamento, durante o ocorrido.

Segundo a Polícia Militar, que registrou a ocorrência por volta das 8h, os integrantes do MST haviam ocupado os dois sentidos de uma Avenida, na zona rural de Valinhos, quando o motorista avançou sobre os manifestantes. Ainda conforme a PM, ele fugiu e continua foragido.

Um grupo de cinco pessoas do acampamento foi atrás da caminhonete, após o ocorrido. O motorista havia retirado a placa do veículo e sacou uma arma quando percebeu a presença dos sem-terra.

Após o atropelamento, os manifestantes fecharam a pista para a realização de uma missa. A Polícia Militar e a Guarda Municipal acompanharam o novo ato. O caso será investigado pela Delegacia de Valinhos.

Em nota, o MST condenou a violência do motorista. "Exigimos a punição imediata a este assassino, que age sob o clima de terror contra os movimentos populares", informou.

Entidades condenam MP que suspende direitos trabalhistas

MP 881 permite o aumento da jornada de trabalho sem negociação coletiva

Enquanto entidades sindicais, órgãos e lideranças ligados ao mundo do trabalho empenham seus esforços para tentar barrar o desmonte da Previdência Social, mais um golpe desfechado por Bolsonaro aos trabalhadores avançou na Câmara: A MP 881/19, apelidada pelo governo de MP da “Liberdade Econômica”, que foi aprovada por comissão mista da Casa no dia 11.

A MP altera dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e aprofunda a perda de direitos dos trabalhadores iniciada com a reforma trabalhista de Temer, e está sendo repudiada pelas centrais sindicais, sindicatos, entidades da magistratura, procuradores, advogados trabalhistas e associações profissionais.

“Houve desprezo a princípios de solidariedade e de proteção, de garantias e de afirmação democrática e poderá ter caminhos legislativos atalhados, frustra a própria atividade parlamentar e exclui a sociedade do debate de tão significativas alterações”, afirma a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Segundo a entidade, “não se pode, em nome da ‘liberdade empresarial’, pisotear normas internacionais inscritas pelo Brasil, nem afastar ou dificultar a aplicação dos princípios constitucionais.

Editada pelo governo no dia 30 de abril, a MP já trazia, além dos ataques diretos aos direitos trabalhistas, uma verdadeira selvageria em nome da “liberdade econômica”, no que diz respeito à regulamentação empresarial, às relações de trabalho e até ao cumprimento de normas de respeito às questões ambientais.

Mas as mudanças incluídas no texto com o apoio da equipe econômica do governo pelo relator da MP na Câmara, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), transformou a matéria em algo mais agressivo ainda para a classe trabalhadora. Uma verdadeira “balbúrdia econômica”, que está sendo apontada por juristas como inconstitucional, eivada de insegurança jurídica e um acinte às normas internacionais do trabalho e ao valor social do trabalho.

“Os 18 artigos da MP foram convertidos em 81 artigos no projeto de lei de conversão (PLV), e a maioria desses desdobrados em dezenas e dezenas de parágrafos e alíneas”, diz a Abrat.

Entre as mudanças na legislação trabalhista, a MP permite o aumento da jornada de trabalho de várias categorias e o trabalho aos domingos e feriados sem negociação coletiva, extingue a obrigatoriedade das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), suspende os efeitos das normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e estipula que trabalhadores rurais não estão sujeitos a restrições de jornada.

A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária também foi alterada. Pelo relatório da MP, as empresas ficam dispen-

sadas de encaminharem cópia da Guia da Previdência Social ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados.

A medida também extingue do ESocial – que reúne informações pelo empregador em relação aos seus empregados –, remete ao direito civil os trabalhadores que ganham mais de 30 salários mínimos e exclui o pagamento como extras das horas excedentes trabalhadas de algumas categorias, previstas na Constituição.

O texto também amplia a possibilidade da duração de contratos de trabalho por prazo determinado, que atualmente, de acordo com a CLT, são restritos a, no máximo, dois anos.

Para a integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Joaquina de Oliveira, “essa medida provisória do governo Bolsonaro privilegia o lucro das empresas e dos patrões em detrimento da saúde do trabalhador e dos direitos trabalhistas”.

“Não podemos aceitar os retrocessos que, na verdade, levarão o Brasil de novo ao período da escravidão”, afirmou o presidente da Força Sindical Miguel Torres.

Segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), “as mudanças na legislação trabalhista são preocupantes”.

“As regras constitucionais estão absolutamente atreladas à dignidade da pessoa humana e qualquer alteração que vise a livre iniciativa deve se dar por causa da garantia dessa dignidade e não da garantia tão e somente da ordem econômica como vem estampado no texto, que elimina regras de segurança e saúde no trabalho”, alertam as entidades.

Para o supervisor técnico do Dieese, Vitor Paganí, “esta MP deverá aprofundar ainda mais o desmonte e a flexibilização do trabalho que a reforma trabalhista instituiu em 2017”.

Ele lembra que a justificativa da MP adotada pelo governo Bolsonaro, de facilitadora de negócios e geradora de empregos, é a mesma usada durante a tramitação da reforma trabalhista. “E contraditório se observarmos que o quadro geral não melhorou e o desemprego segue muito elevado”, diz.

“A MP 881 fala de modernidade, mas o que ela faz na realidade é tentar arrebentar com o arcabouço de respeito a direitos dos trabalhadores. Você pode constituir um negócio e não ter fiscalização dos órgãos públicos, não seguir o regimento do descanso semanal, não gerar empregos de qualidade?”, questionou o presidente da CUT, Wagner Freitas.

O texto aprovado na comissão segue agora para análise e votação nos Plenários da Câmara e do Senado. Se não for votada até o dia 10 de setembro a MP perde a validade.

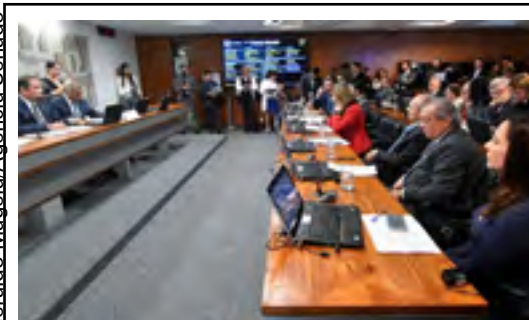
Para Miguel Torres, ‘MP 881 é mais um terrível retrocesso’

O presidente da Força Sindical e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Miguel Torres, repudiou a MP 881 em nota publicada em suas redes sociais esta semana. “É mais uma luta a ser travada pelo movimento sindical e pelos trabalhadores, pois não podemos aceitar os retrocessos que, na verdade, levarão o Brasil de novo ao período da escravidão”, disse.

A Medida Provisória 881/2019, editada pelo governo em maio, e que teve seu texto ajustado e ainda mais piorado pelo relator da medida, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovada em Comissão Mista do Congresso no último dia 11. Por conta das alterações, a medida ainda precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado até o dia 10 de setembro, para não perder a validade.

Apelidada pela equipe econômica de Bolsonaro de MP da “Liberdade Econômica”, ela permite aumento da jornada de trabalho, autoriza trabalhos aos domingos e feriados sem negociação coletiva de várias categorias e estipula que trabalhadores rurais não estão sujeitos a jornada de trabalho, entre mais de 30 alterações nas leis trabalhistas. “É mais um terrível retrocesso que tentam aprovar contra os direitos da classe trabalhadora”, afirma o dirigente sindical.

“Nada tem de desenvolvimento, de modernidade e de civilização nesta MP 881”, diz Miguel Torres, contestando a balela do governo de que a MP é para “liberar a atividade econômica e gerar emprego e renda”, como também afirmavam os defensores da famigerada reforma trabalhista de Michel Temer.



Projeto passou na Comissão no Senado

PL que permite demissão de servidor abre as portas para perseguição política

Entidades de servidores públicos denunciaram que o Projeto de Lei do Senado (PLS 116/2017) que “disciplina o desempenho do servidor público estável, nos termos do art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal”, aprovado na última quarta-feira (10), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), irá abrir as portas para a perseguição ao funcionalismo público.

O PLS – da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – regulamenta o inciso III, do parágrafo 1º, do art. 41º da Constituição Federal que versa sobre a estabilidade nos cargos públicos. De acordo com os servidores, o texto estabelece fatores avaliativos que dependem única e exclusivamente da interpretação do avaliador, ou seja, são critérios subjetivos que possibilitam encaixar qualquer conduta nos termos avaliados.

O presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirma que “o projeto não fala, por exemplo, em incluir a sociedade na avaliação do servidor. Isso abre margem para perseguição política e erros quando fica somente a cargo do superior imediato”.

“O texto como está dá margem para a perseguição do servidor. Não se pode deixar uma decisão dessas nas mãos de uma única pessoa, mas sim, com um comitê, com a participação de outros servidores e da sociedade”, afirma Rudnei.

“Temos que acabar com essa visão estereotipada de servidor público, uma visão tão equivocada quanto esse projeto, que traz práticas medievais de ameaça e punição. Podemos e precisamos ser avaliados. Mas esse projeto está na contramão da história. Trata-se de um projeto analógico, enquanto vivemos numa era digital”, argumentou ainda o presidente do Fonacate.

Rudinei também respondeu aos argumentos de que a “máquina estatal está inchada”: “A União hoje tem 630 mil servidores públicos civis, o mesmo número que tinha em 1991”, diz. Além disso, a entidade ressalta que o projeto é inconstitucional, pois a matéria deve ser de iniciativa do Executivo, uma vez que se trata de mudanças constitucionais.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, argumenta que “no mundo desenvolvido constata-se uma relação direta entre a estabilidade dos servidores e a democracia. Exceto os Estados Unidos, todas as democracias do mundo preservam o instituto da estabilidade. Que fique claro que não me posicionei contra a avaliação de desempenho, mas contra esse projeto”, afirma.

Roberto Uchôa, diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), ressalta que é impossível avaliar “desempenho”, como propõe o projeto, sem antes avaliar as condições de trabalho de muitos servidores.

“Temos policiais que trabalham em delegacias que nem sequer têm banheiro ou teto. Como avaliar esse servidor, se ele não tem meios para exercer suas atribuições? E as carreiras de Estado que estão mais sujeitas a retaliações e perseguições? Na Polícia Federal temos um clima organizacional muito difícil. Qual é o parâmetro objetivo dessa avaliação?”, questionou Uchôa.

MPT resgata 66 pessoas em condições de trabalho escravo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) resgatou 66 trabalhadores em situação análoga à escravidão em Paracatu, região noroeste de Minas Gerais. A operação realizada em conjunto com a Superintendência Regional do Trabalho (SRT) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) encontrou os trabalhadores em um alojamento mantido pelo Condomínio de Empregadores Rurais de Santa Maria, em condições extremamente precárias com diversas irregularidades.

A força-tarefa constatou que os trabalhadores colhiam milho na propriedade sem qualquer equipamento de proteção, sob sérios riscos de acidentes. Nos ambientes de trabalho não havia local para refeição, abrigos contra chuva, banheiros ou mesmo reposição de água potável.

Além disso, os alojamentos dos trabalhadores estavam em condições desumanas em que os trabalhadores utilizavam tijolos e pedaços de madeira como travesseiro, não contavam sequer com fornecimento de rou-

pa de cama, e acúmulo de lixo no local.

Além das condições precárias de trabalho, os trabalhadores não tinham depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), controle sobre a jornada de trabalho e condições de transporte para o local de colheita.

Todos os trabalhadores foram contratados através de atravessadores, pessoas que intermediavam ilegalmente a contratação de mão de obra (tráfico de pessoas) com a promessa de receber R\$ 70 por dia e oferta de bons alojamentos. Os trabalhadores são de cidades do Norte de Minas, do Maranhão e Piauí.

Os trabalhadores que saíram do Nordeste do país receberam R\$ 500 para o custeio da passagem de volta e aqueles que moram na Região Norte de Minas tiveram um ônibus fretado.

Já o Condomínio de Empregadores Rurais Santa Maria teve as atividades suspensas pelos auditores fiscais, com autos de infração contra o empregador.



Para especialistas, texto abre margem para interpretação e ameaça direito

INSS: reforma pode deixar trabalhador por conta própria sem direito a auxílio-doença

A proposta de reforma da previdência (PEC 06/2019) do governo Bolsonaro pode deixar quem paga o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) por conta própria, como donas de casa, ou estudantes, sem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, alertam especialistas.

Isso porque a PEC 06/2019 altera o Art.201, inciso I que no texto atual diz que a previdência atenderá nos termos da lei a “cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada”. A proposta apresentada na reforma modifica esse trecho para o atendimento e “cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada”.

Para a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Brante, o problema consiste em determinar que o atendimento se dará na incapacidade “para o trabalho”, levando a

questão à judicialização. “Essa alteração pode gerar uma interpretação de que o segurado facultativo, que não trabalha, não tem direito ao auxílio-doença ou à aposentadoria por invalidez”, disse.

Atualmente, todas as pessoas sem renda própria, como o caso dos estudantes e donas de casa, podem recolher como facultativos ao INSS (com pagamento em carnê, por exemplo), para terem o direito à cobertura previdenciária, com garantia de benefícios como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez se forem acometidos por eventos que o impossibilitem de exercer suas atividades habituais em caráter temporário ou permanente.

Na avaliação do advogado Rômulo Saraiva, a alteração no texto da Constituição pode abrir uma brecha para que o acesso a estes benefícios seja restringido, possibilitando mudanças na legislação complementar da lei 8.213/1991. “A legislação infra-

constitucional poderia ser alterada posteriormente, uma vez que a Constituição abriria essa brecha”, afirmou Rômulo.

Para a advogada Marta Gueller, o texto pode acabar sendo discutido na Justiça, pois possibilita uma interpretação restritiva do direito por parte do INSS.

“Tudo que pode gerar uma interpretação para pior deveria ser evitado. O INSS sempre interpreta restritivamente. Caberá ao Poder Judiciário, com base em outros dispositivos constitucionais, como o princípio da dignidade humana e o objetivo de erradicação da pobreza, manter plenos direitos aos facultativos”, disse a jurista.

Com isso, os contribuintes facultativos do INSS estão com seus direitos em risco. Pior, se estes não forem mais assegurados pelo INSS terão de recorrer a outro modelo previdenciário, provavelmente o privado.



Dirigentes sindicais se reuniram em São Paulo, na última sexta-feira, 18

Centrais definem mobilizações contra o avanço da reforma da Previdência

As centrais sindicais se reuniram na última sexta-feira (18), em São Paulo para debater as próximas mobilizações contra o avanço da reforma da Previdência no Congresso Nacional.

Para as entidades, o texto aprovado em 1º turno na Câmara dos Deputados, “prejudicará fortemente os trabalhadores, retardando e impedindo o acesso à previdência para muitos, arrojando os valores do benefício de todos, além de outras mazelas. As lutas e mobilizações realizadas até aqui foram de grande importância. A luta continua e, por isso,

é fundamental ampliar a mobilização, fortalecer e ampliar nossa unidade”.

No encontro, os dirigentes sindicais aprovaram um calendário de mobilizações que inclui um dia de mobilização nos Estados e em Brasília, no próximo dia 6 de agosto, data provável para iniciar/concluir votação do projeto em 2º turno na Câmara dos Deputados e um dia nacional de mobilização no dia 13 de agosto.

Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, o texto aprovado vai prejudicar a todos, principalmente os mais pobres: “Com a idade mínima

(fixada em 65 anos para homens e 62 para mulheres), o aumento do tempo mínimo de contribuição e as novas regras para o cálculo do benefício a malfadada reforma vai exigir o aumento do tempo de trabalho para ter direito à aposentadoria e reduzir o valor dos benefícios para o conjunto da classe trabalhadora”.

“A emenda constitucional descarrega sobre as costas dos mais pobres o custo das mudanças, que devem subtrair do sistema previdenciário público em torno de R\$ 1 trilhão no prazo de 10 anos”, ressalta Adilson.

Federação Venezuelana de Professores protesta contra “salários de fome”

Professores venezuelanos foram até a sede administrativa da Zona Educativa de Caracas, nesta quinta-feira, para reivindicar a demissão do ministro Aristóbulo Istúriz, exigir o pagamento de benefícios trabalhistas e “salários justos e dignos” e protestar contra os “salários de fome”.

Apontando Istúriz, como o “único professor milionário do país”, em meio ao aprofundamento da crise, os docentes denunciaram o atropelo do governo Maduro à legislação que garante a imobidade laboral – que impede demissões até 2020 –, com a dispensa de quem solicita repouso médico e a não remuneração.

“Aristóbulo é um traidor. Como pode deixar mulheres grávidas e professores doentes sem salários, sem bônus vocacional? Isso é um crime, porque com isso está tirando o dinheiro do pão e da arepa das nossas famílias. Isso não se faz ao pior dos inimigos, muito menos a um colega”, denunciou a aposentada Elza Castillo.

Conforme Griselda Sánchez, da Federação Venezuelana de Professores, os salários aviltados e as más condições em que foram jogados os estabelecimentos de ensino vêm tendo papel central nas manifestações que se espalham, na capital e no interior, para exigir “dignidade”.

Com um cartaz reproduzindo seu holerite, a professora Lourdes Villarreal afirmou que o governo Maduro fragilizou o direito à saúde dos educadores e inviabilizou a educação no país quando iguala o salário de um profissional com doutorado ao de um trabalhador comum, “todos extremamente baixos”. “Nós vamos morrer de fome aqui”, acrescentou.

De acordo com os manifestantes, o descompromisso com a educação e o brutal arrocho fez com que 2.000 professores já tenham abandonado as salas de aula, apenas na capital. Segundo denúncias, as escolas públicas cumpriram apenas 70% do calendário escolar correspondente ao período letivo 2018-2019, havendo casos em que os estudantes tiveram aulas em somente 60 dos 202 dias programados.

Os professores também apontam a crise, as falhas elétricas, a falta de gás doméstico, a escassez de transportes e a carência de recursos como as principais causas do absenteísmo estudantil.



Multidão em Argel saúda campeões da África

Argelinos celebram a conquista da Copa Africana de futebol

Aos gritos de “Campeões! Campeões!”, uma multidão de argelinos ocupou, sexta-feira, as ruas centrais de Argel, agitando bandeiras do país, assim que o juiz do jogo Argélia x Senegal deu o apito final da partida de futebol, vencida pela equipe argelina por 1 a 0 com a qual o país conquistou a Copa Africana das Nações.

A final aconteceu no Estádio Internacional do Cairo, Egito. O jogador Baghdad Bounedjah fez gol da vitória aos 79 segundos do primeiro tempo. Os argelinos sustentaram a vantagem obtida no início da partida até o instante final.

A capital Argel ficou iluminada com fogos de artifício que encheram os céus na explosão de alegria e de expressão do sentimento de afirmação nacional em um país que tem vivido uma gigantesca onda de manifestações que impediram a 5ª candidatura de Abdelaziz Bouteflika e levaram a sua saída da presidência no dia 2 de abril, pondo fim a um governo e sua casta de aliados extremamente desgastados sob a acusação de enriquecimento com base em esquemas de privilégios e corrupção.

O Estádio 5 de Julho de 1962 (cujo nome celebra a data da independência da França, o que custou 1,5 milhão de vidas na luta pelo fim do ultraje colonial francês), onde foram dispostos telões para que o jogo pudesse ser acompanhado em Argel, ficou lotado de torcedores.

Outros recorreram a diversos expedientes para reunir grupos de amigos por todo o país durante o jogo.

Foi o caso de Fadil, que se reuniu com os vizinhos e montou um telão com 100 cadeiras em frente a sua casa para que aqueles que quiserem pudessem assistir juntos a partida.

“Foi importante assistirmos este jogo juntos, foi um momento único de unidade”, destacou.

“Foi um jogo estres-

sante. Eu provavelmente perdi três quilos torcendo pelo nosso time”, declarou o comerciante de 48 anos.

Ele havia assistido, quando criança, junto com seu pai, à partida na qual a Argélia tornara-se campeã pela primeira vez disputando a copa africana, em 1990. “Agora assistí a essa nova vitória junto com meus filhos, 29 anos depois”.

“Isso vai além do esporte. É uma questão de orgulho nacional”, disse a estudante Amina, de 24 anos.

A celebração da vitória da equipe campeã, denominada de “Guerreiros do Deserto”, também tomou conta das ruas de Paris, Lyon e Marselha, onde há grandes comunidades de imigrantes argelinos.

Foi um momento de alegria e orgulho para um país cuja economia tem sido assolada e a população está rebelada. A Argélia tem metade da população com menos de 30 anos e o desemprego para os que estão nesta faixa etária está em 30%.

A queda nos preços do petróleo afetou a economia argelina e a submissão governamental ao FMI com cortes nos programas sociais, arrocho e redução dos investimentos, elevou o descontentamento popular e findou com a queda do governo.

No entanto, as manifestações continuam uma vez que a presidência passou para as mãos do presidente do parlamento, Abdelkader Bensalah, que prometeu eleições em 90 dias, mas elas já foram adiadas duas vezes e ainda seguem sem nova data marcada. (Ver matéria <https://horadopovo.org.br/argelia-presidente-bouteflika-renuncia-apos-seis-semanas-de-protestos/>)

No dia seguinte à vitória, os jogadores e o técnico, Djamel Belmadi, desfilarão em carro aberto na capital, passando em meio à multidão.

Acesse a matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

China: ‘menor PIB em 27 anos’ faz inveja a EUA, Japão e Alemanha



PIB chinês cresceu 6,2% no 2º tri. Previsão: EUA, 3%; Japão, 1,3% e Alemanha, 1,0%

Porto-riquenhos se concentram diante do palácio para exigir saída do governador

Bernie Sanders, senador e pré-candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, declarou sua solidariedade com os protestos que sucedem em Porto Rico para exigir a renúncia do governador Ricardo Rosselló, a maior das quais na semana passada juntou mais de 500 mil pessoas em San Juan, a capital da ilha do Caribe.

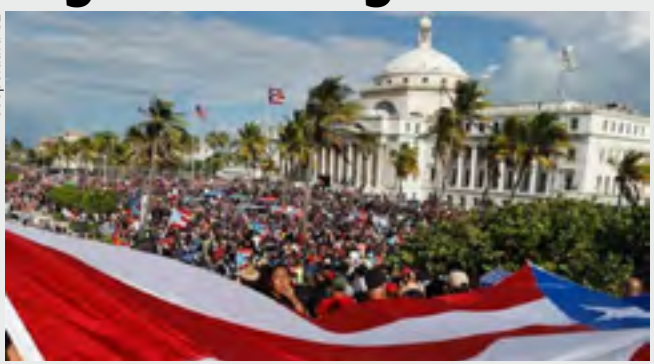
«Estou com o povo de Porto Rico que sai às ruas exigir prestação de contas ao governador e o fim da corrupção que vitima milhões de trabalhadores.

Depois de sofrer com furacões sem nenhuma assistência por parte do governo e uma década de austeridade, Porto Rico tem direito à democracia e ao pleno apoio federal para sair da crise”, afirmou Sanders, comentando as multitudinárias manifestações que acontecem após ficar público um chat da plataforma Telegram, no qual Rosselló faz troca em conversa com seu círculo íntimo sobre as mortes causadas pelo furacão e das exigências de que o governo cumpra com as promessas de atender a população atingida pelo desastre.

O também pré-candidato presidencial e prefeito de South Bend (Indiana), Pete Buttigieg, emitiu uma declaração afirmando seu respaldo às reivindicações do povo de Porto Rico e disse que este merece “um governo em que possa confiar”.

Elizabeth Warren, senadora e pré-candidata presidencial democrata, foi mais uma líder política que apoiou as manifestações e frisou que os insultos do governador contra diversos setores da sociedade porto-riquenha “socavam a confiança pública”.

No Congresso, os parlamentares denunciaram o escândalo provocado pelo desvio de 15,5 milhões de dólares dos repasses do governo dos Estados Unidos para a Educação e a Saúde, fato que levou um júri federal a estender as acusações à ex-secretária de Educação Julia Keleher e à ex-diretora



Porto-riquenhos em ato na véspera da greve geral

da Administração de Serviços de Saúde, Angela Avila, assim como a outras quatro pessoas.

Quase dois anos atrás, o furacão Maria deixou expostas as enormes deficiências de Porto Rico e a deterioração de uma infra-estrutura, que depende das migalhas de Washington, desatendida durante anos.

Sob as leis de Washington, Porto Rico é definido como “um território não incorporado dos Estados Unidos”, situação rejeitada pela população que reivindica sua independência.

A ilha do Caribe se declarou em bancarrota em maio de 2017 devido à dívida pública inflada pelos colonizadores, tendo como resultado a perda da ínfima autonomia econômica que possuía.

A seguir, em setembro de 2017, sofreu a enorme devastação causada pelo furacão Maria e os resultados da destruição ainda permanecem.

No chat com os amigos, Rosselló ainda se refere a uma funcionária de Nova Iorque de ascendência porto-riquenha como puta; a outra, como filha de uma cachorra.

Líderes de ambas as câmaras do parlamento da ilha declararam que não têm planejado um julgamento político, porém uma influente associação de prefeitos pertencentes ao Partido Novo Progressista, de Rosselló, retirou seu respaldo ao governador que, por sua vez, resistiu a renunciar a seu cargo.

GREVE CONVOCADA

No domingo, 21, a polícia

atacou com gás de pimenta a manifestação de centenas de pessoas que aconteceu na cidade de Guayanabo, perto da capital, San Juan, onde Ricardo Rosselló, se reunia com alguns prefeitos e legisladores do seu partido, depois que o governador anunciou que não vai concorrer à reeleição, que se afastará do cargo de presidente do seu partido, o Partido Novo Progressista (PNP), mas que não renunciará como governador.

“A única coisa que o senhor acaba de fazer com essa mensagem que acaba de divulgar é brincar com a saúde mental dos porto-riquenhos. Exijo dos presidentes do poder legislativo na ilha que, por favor, comecem o processo de ‘residência política’ (julgamento político). Se não quer sair, essa é a única opção que nós temos”, protestou o cantor porto-riquenho Ricky Martin, que também foi agredido por Rosselló, em mensagem publicada em suas redes sociais.

“Vocês têm que escutar o pedido em massa de cada um dos porto-riquenhos, é a única coisa que pedimos, essa é a única opção que temos. Os senhores têm que começar com esse processo já”, acrescentou Martin.

Na segunda acontece uma greve geral e uma manifestação em San Juan, no décimo dia de protestos contra o líder do território.

SUSANA LISCHINSKY

Capitã alemã enfrenta a Corte na Sicília e defende socorro humanitário de imigrantes

Carola Rackete, capitã do navio humanitário Sea-Watch 3 que desembarcou, em 29 de junho, 40 imigrantes resgatados no Mediterrâneo no porto de Lampedusa, defendeu sua atitude perante um tribunal da Itália, respondendo às acusações de favorecer a imigração ilegal. Presa e liberada provisoriamente três dias depois, Carola teve que se apresentar à justiça na quinta-feira, 18.

“Senti-me muito feliz de ter a oportunidade de explicar em detalhe a operação de resgate que realizamos em 12 de junho”, afirmou a capitã alemã ao sair do juizado em Agrigento, Sicília.

“Espero sinceramente que tanto a Comissão Europeia, como o Parlamento recém-eleito, façam todo o possível para evitar que se repita essa situação. Espero que todos os países europeus trabalhem juntos para acolher todas as pessoas em situação de extremo risco resgatadas pela frota civil”, acrescentou.

Centenas de pessoas se reuniram frente ao tribunal para uma manifestação de solidariedade com faixas de apoio à ação de Carola, convertida em símbolo contra a política do governo italiano formado pelo Movimento 5 Estrelas e a Liga.

A guerra do ministro do Interior, Matteo Salvini, contra as organizações sociais que resgatam migrantes se acirrou, mas a decisão fascista de deter a capitã provocou um amplo movimento de solidariedade internacional a ela, conseguindo a arrecadação de mais de um milhão de euros para o julgamento.

Assim que ela foi presa, sindicalistas de toda a Europa se reuniram diante do local onde ela estava detida para exigir sua libertação. Cartazes erguidos no ato declaravam: “Refugiados não são inimigos” e “Salvar vidas não é crime, é heroísmo”.

Os fatos provocaram tensão nas relações entre Itália e Alemanha.

Uma juíza italiana anulou a detenção da jovem alemã, argumentando que ela atuou para salvar vidas, mas continua sendo investigada por resistência a um oficial e ajuda à imigração clandestina.

A promotora de Agrigento apelou da decisão da juíza e espera estabelecer um precedente jurídico “para que não se repita o caso”.

Para Salvini trata-se de organizações “cómplices dos traficantes de seres humanos” e chamou Carola Rackete de

“criminoso”, “problemática”, “rica e mimada”, “disposta a matar cinco militares italianos”.

A capitã processou o ministro por difamação e incitação à ofensa, assinalando que cada mensagem de ódio de Salvini nas redes sociais provocou uma cadeia de insultos violentos, sexistas e ameaçadores.

O Sea-Watch 3 permanece sequestrado no porto siciliano de Licata e Carola deverá explicar porque resgatou os imigrantes sem esperar os guarda-costas libios a cargo das operações nesse setor do Mediterrâneo.

A comprovada situação de catástrofe em que estava a tripulação vítima de doenças, fome e desespero não diz nada para os fascistas. Desde há cerca de dois anos, as embarcações humanitárias têm sido sistematicamente submetidas a investigações judiciais para impedir que resgatem migrantes no Mediterrâneo.

O parlamento da Catalunha votou unanimemente, no dia 17, para que se outorgue um prêmio a Carola, enquanto que a Câmara Municipal de Paris anunciou uma condecoração para ela e uma doação de 100.000 euros para sua organização.

O resultado atende às expectativas do governo chinês de um crescimento econômico de 6% a 6,5% em 2019 e mantém factível que o país dobre o PIB de uma década atrás, ao fechar 2020

Como notou o Russia Today (RT), o “menor crescimento em 27 anos” registrado pela China no segundo trimestre – “apenas” 6,2% – é de dar inveja – e muita, diga-se lá – aos principais países centrais, como os EUA, Japão e Alemanha, cujo crescimento sequer chega à metade faz tempo, ou nem perto disso.

O resultado atende às expectativas do governo chinês de que o crescimento econômico em 2019 ficará na faixa de 6% a 6,5%, e mantém factível fechar 2020 com a meta de dobrar o PIB em relação ao uma década atrás. No primeiro semestre, o crescimento ficou em 6,3%.

Como os números do segundo trimestre ainda não estão disponíveis para esses países, vamos usar como comparação suas próprias estimativas para crescimento em 2019. EUA, 3% (mas a média dos últimos dez anos ficou mais perto de 2%); Japão, 1,3% nas contas do governo Abe, mas 1% na avaliação do BC japonês; e Alemanha, fantásticos 1% (depois de ter escapado por pouco de voltar à recessão técnica). Aliás, à medida que o ano passa, a estimativa vai encolhendo.

Registre-se ainda que o resultado do PIB chinês inclui maio e junho – dois terços do trimestre –, quando a negociação para o impasse entre Pequim e Washington já tinha desandado, com o decorrente agravamento da guerra comercial desencadeada pelo governo Trump e todas as suas derivações, inclusive o ataque à Huawei.

RESILIÊNCIA

Em Pequim, o resultado foi recebido com satisfação pelo primeiro-ministro Li Keqiang, que saudou a “forte resiliência” da economia chinesa bem como o importante papel dos “novos puxadores do crescimento”, e conclamou por mais esforços para manter esse desenvolvimento sadio e continuado da economia e da sociedade.

O consumo interno, com 76,2% (índice de 2018), já é o principal fator da economia chinesa, tornando-a menos vulnerável.

Segundo ele, alguns indicadores em junho inclusive bateram as expectativas. Entre os pontos mais positivos, ele salientou criação de 7,3 milhões de novos empregos no primeiro semestre do ano, o aumento de renda em 6,5% e melhoria da questão ambiental. Por setores, a indústria cresceu 5,8%; serviços, 7,0%; e agricultura, 3,0%.

Em junho, a produção industrial cresceu 6,3% (contra 5% no mês anterior), um bom resultado que refletiu a eficácia das medidas do governo para ampliar o financiamento, especialmente às pequenas e médias empresas, aumentar gastos em infra-estrutura e cortar impostos. As vendas no varejo tiveram aumento de 9,8%. O investimento na construção ficou em 10,9%, um pouco menos que os 11,2% de maio. O investimento em mineração se expandiu 22,3%.

Também o fato de a economia chinesa poder contar com um sistema bancário estatal, que não está submetido aos critérios da especulação desenfreada e do curto prazo, funciona como alavanca decisiva na hora de sustentar o crescimento e o emprego.

“ÁRDUA CONQUISTA”

Como assinalou um portavoz do Departamento Nacional de Estatísticas, a taxa de crescimento do PIB chinês no primeiro semestre de 2019 foi “arduamente conquistada”, já que Pequim não recorreu a um pacote de estímulo “parecido com uma inundação” para lidar com a desaceleração da economia mundial e do comércio internacional, com os contratempos da guerra comercial e com os problemas internos. Quanto ao comércio internacional, nos primeiros quatro meses de 2019, desacelerou fortemente para 0,4% (em volume), em relação a igual período do ano passado, contra alta de 4,1% de meados do ano passado.

Como assinalou o porta-voz Yan Shuang, num quadro em que o crescimento econômico global diminuiu e de incerteza, trata-se de um bom resultado,

“especialmente quando comparado com outras grandes economias do mundo”. Ele lembrou, ainda, que há mais de uma década a China tem contribuído com 30% de todo o crescimento econômico mundial.

Yan destacou ainda o comprometimento da China com o desenvolvimento econômico de alta qualidade – uma referência ao programa estatal de domínio interno da alta tecnologia, que é um dos alvos centrais de Trump –, a reestruturação industrial e a modernização.

GUERRA COMERCIAL

Como era de se esperar, sob a guerra de sobretaxas tarifárias de até 25% de Trump, houve contratempos nas exportações e importações – um segundo trimestre “muito difícil para o comércio exterior e para a indústria”, como registrou o jornal Global Times.

No primeiro semestre do ano, as exportações chinesas cresceram apenas 0,1% em relação ao ano anterior, para US\$ 1,17 trilhões, enquanto as importações caíram 4,3%, para cerca de US\$ 990 bilhões, resultando em um superávit comercial de US\$ 181,2 bilhões.

Superávit considerado “não saudável” por Tian Yun, vice-presidente da Associação de Operação Econômica de Pequim, em declaração ao mesmo jornal, já que resultou de “forte declínio nas importações”.

O balanço da guerra comercial de Trump contra a China apresenta, para o primeiro semestre do ano, uma queda das exportações da China para os EUA de 8,1% e de 29,9% das importações precedentes dos EUA. Já o comércio da China com seus muitos outros parceiros cresceu ou diminuiu apenas ligeiramente.

Os recentes números negativos para o segundo trimestre de Cingapura, o porto-Estado que é chave no comércio na Ásia, mostram como a artilharia tarifária de Trump está causando danos colaterais talvez não esperados. Seu PIB encolheu 3,4% em uma base anualizada em comparação com os três meses anteriores – a maior queda desde 2012.

Como é do estilo de Trump, ele correu a tuitar sobre o “piores crescimento em 27 anos” da China, tentando se vangloriar e às suas sobretaxas.

“Milhares de companhias estão partindo”, asseverou @realDonaldTrump. “É por isso que a China quer fazer um acordo.... com os EUA e desejaria não ter quebrado o acordo original. Nesse meio tempo, nós estamos recebendo Bilhões de Dólares em Tarifas da China, com possivelmente muito mais para vir. Tarifas pagas pela China, não pelo contribuinte de impostos dos EUA!”

Provavelmente, só os eleitores mais exaltados de Trump é que acreditam que não são os importadores norte-americanos – e na sequência, eles mesmos – que estão pagando as sobretaxas.

Os EUA reduzidos a menos de 20% do PIB global e caindo, e o dólar constituindo desproporcional 62% das divisas internacionais, dez anos depois da quebra de Wall Street e da City londrina.

É sua mais extremada consequência, de que sejam os demais países que paguem com seu trabalho e riqueza pela própria ocupação norte-americana mundo afora com 800 bases.

Isso, com os EUA, há décadas tornado no maior devedor do mundo, dívida cuja rolagem em última instância é mantida pela exigência a todos os demais povos, de que comprem seus Treasuries em troca de entregar dólares, depois usados pelos monopólios norte-americanos para abocanhar indústrias e recursos naturais de verdade em terra alheia.

Pilhagem cujo ponto de partida é a imposição da comercialização exclusivamente em dólares do petróleo e gás, a commodity para a geração da energia de que o mundo depende. Monopólio que, crescentemente, vem sendo rompido no mundo inteiro, após mártires como Sadam e Kadafi terem sido punidos exemplarmente.

A. P. Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

Multa a Manning por recusa a mentir contra Assange dobra para US\$ 1000 ao dia

Desde terça-feira (16) a multa diária imposta à presa política Chelsea Manning dobrou de valor, para US\$ 1.000, por se recusar a mentir para que o governo Trump consiga condenar o jornalista Julian Assange, cuja extradição da Grã Bretanha está em processo, por ter publicado documentos oficiais norte-americanos comprovando crimes de guerra no Iraque e Afeganistão, inclusive o famoso vídeo do "Assassinato Colateral". Neste, é visto um helicóptero Apache chacinando, sob ordens do comando central, uma dezena de civis, inclusive dois jornalistas da Reuters, e até um pai que levava o filho à escola e parou para socorrer os feridos.

A perseguição e punição financeira, que em julho já alcançara US\$ 18.000 fez com que Manning perdesse o apartamento. Até outubro de 2020, quando se encerra o mandato do júri que arbitrariamente a condenou à detenção enquanto não falar o que eles querem que ela diga, a multa terá alcançado quase meio milhão de dólares.

Assange se encontra em presídio considerado a 'Guantánamo britânica', depois de ter sido entregue pelo governo traíra de Moreno à polícia inglesa, com base em que o fato ter ido pedir asilo à embaixada do Equador por temor de extradição para os EUA, foi considerado 'violação' de fiança e, ao invés de multado por isso, como é costume, foi sentenciado a quase um ano de cárcere.

Ainda mais absurdo, porque sequer existe uma acusação judicial formal contra Assange, apenas um pedido de investigação de promotores suecos, que reabriram o caso depois que a própria justiça sueca já liberara Assange para partir, após esclarecer que só houve relações consensuais. Uma das acusadoras foi desmascarada por falsidade. A outra, tuitou na época que não queria denunciar ninguém e foi pressionada pela polícia.

De forma cada vez mais kafkiana, tribunais ingleses, para aceitarem uma ordem de prisão ilegal contra Assange, já que não fora emitida por um juiz, fizeram uso da versão em francês da lei europeia. Prisão cujo objetivo central, hoje, conforme o atual editor do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, é impedir que ele prepare sua defesa em relação à extradição. No establishment norte-americano era enorme o ódio a Assange, com a então secretária de Estado, Hillary Clinton, tendo chegado a sugerir silenciá-lo com "um drone".

Resentimento que só aumentou quando o pessoal do WikiLeaks foi essencial para evitar a captura de Edward Snowden, que pôs a nu a vigilância em massa cometida pela NSA no mundo inteiro, e sua publicação em todos os países.

Manning se negou a falar ao tribunal de Alexandria, dizendo que já prestou em juízo todos os esclarecimentos no processo em que chegou a ser condenada a 35 anos, e que foi dela a decisão de vazou os crimes de guerra com que se separou. Durante quase um ano, Manning foi torturada. No final do governo Obama, sua pena foi comutada após sete anos de cárcere.

Manning já afirmou que não irá abrir mão de seus princípios para testemunhar contra Assange, como o tribunal exige. Em maio, ao ser aprisionada pela segunda vez, depois de uma semana de folga, ela disse ao juiz Trenga que prefere "morrer de fome a mudar minha opinião a esse respeito". "E quando digo isso, quero dizer isso literalmente".

Contra Assange, de quem o então diretor geral da CIA e atual secretário de Estado, Mike Pompeo, disse encabeçar um "serviço de inteligência não-estatal hostil" e não protegido pela Constituição americana, já pesam acusações com sentença de até 175 anos, mas segue ameaçado de ser incurso em pena de morte por espionagem. O processo contra Assange correu de forma secreta durante anos.

Na Espanha, 90% dos novos empregos em 2018 foram temporários

Do total de novos empregos registrados na Espanha no ano passado, 89,75% foram temporários. É o resultado da chamada "cadeia de contratos", esquema adotado pelas empresas após a "reforma trabalhista" realizada em 2012 pelo governo de Mariano Rajoy, e que pode ser replicado por até dois anos.

"Desde que ingressei na firma em maio de 2018 assinei seis contratos temporários, o mais curto de um mês e o mais longo de seis, tendo ficado um mês sem trabalhar", relatou Guillermo Rodríguez, que testa videogames em uma multinacional estadunidense com sede em Madri.

Com 29 anos, Rodríguez é o retrato da juventude pós-reforma, que viu seus direitos trabalhistas evaporarem. O uso abusivo deste expediente fez com que até mesmo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tivesse que chamar a atenção do país ibérico para a necessidade de que os contratos fixos e temporários sejam equilibrados e não tenham tanta discrepância.

Em 2012, após o Congresso espanhol aprovar a "reforma trabalhista" impulsionada pelo Partido Popular (PP), Rajoy afirmou que ela era tudo o que bastava para o país "crescer e gerar empregos". Passados

sete anos, a nação é uma das mais precarizadas da União Europeia (UE), tendo a juventude como uma das suas principais vítimas.

Um levantamento realizado pelo Banco da Espanha, divulgado nesta semana, informou que os jovens são um coletivo que recebe menos do que há uma década, quebrando uma lógica de 30 anos na qual sempre a nova geração superava os ganhos da anterior.

O Centro Europeu de Estatística assinalou que em junho deste ano, cerca de um em cada três jovens não encontrava trabalho na Espanha, número que é o dobro da média dos 28 países que compõem o bloco, situado em torno de 14,3%. Por outro lado, o trabalho temporário, uma verdadeira epidemia no país, ficou em 26,8% no ano passado, muito acima dos 14,2% da média da UE.

Conforme reconhece o próprio Banco da Espanha, o principal responsável por este retrocesso é precisamente a reforma trabalhista de Rajoy que, vendida como "salva-vidas", submergiu a economia em um mar de precariedade e degradação salarial. Rodríguez recebe 1.100 euros por mês, mas gasta 675 euros para residir ao sul de Madri. Os trabalhadores espanhóis ganham hoje 80% da média salarial europeia.

Câmara dos EUA condena insultos racistas de Trump a deputadas



Deputadas Ilhan Omar, Ayanna Pressley, Rashida Tlaib e Alexandria Ocasio-Cortez

Irã apreende petroleiro inglês por violar rotas no Estreito de Ormuz

Horas depois de um tribunal em Gibraltar manter arbitrariamente por mais 30 dias o confisco de um superpetroleiro iraniano, na sexta-feira (19), o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, a força de elite iraniana, anunciou ter confiscado o petroleiro de bandeira britânica Stena Impero no Estreito de Ormuz.

O superpetroleiro iraniano Grace I havia sido invadido e tomado por fuzileiros navais britânicos no dia 4 de julho, supostamente por levar petróleo para a Síria, ato denunciado por Teerá como "pirataria" nua e crua.

O governo iraniano vinha fazendo todo o possível, pelas vias diplomáticas, para a liberação do superpetroleiro, com 2,1 milhões de barris de petróleo de carga.

O Stena Impero, de 30.000 toneladas é propriedade de um sueco e opera sob bandeira britânica com destino à Arábia Saudita, conforme a força iraniana desligou o dispositivo de rastreamento, violou as rotas marítimas do Estreito de Ormuz e ignorou os avisos de advertência.

"A razão por trás da detenção do petroleiro britânico é que ele não aderiu às

rotas marítimas no Estreito de Ormuz, desativou o sistema de identificação automática (AIS), poluiu as águas internacionais e não prestou atenção às advertências do Irã", disse a fonte à mídia iraniana.

Outro petroleiro britânico, o Mesdar, sob bandeira da Libéria, após breve inspeção, prosseguiu viagem para o porto de Ras Tanura, na Arábia Saudita, o que foi confirmado pela operadora, a Norbulk Shipping UK, de Glasgow, que declarou que a tripulação estava "a salvo e bem".

O líder da oposição britânica, Jeremy Corbyn, advertiu contra a escalada e o risco de "um conflito mais profundo". "A decisão do presidente Trump de acabar com o acordo nuclear com o Irã alimentou o risco de um conflito em grande escala", denunciou. Corbyn ressaltou que "a reintegração negociada do acordo nuclear através da ONU é essencial para reduzir as tensões e neutralizar a ameaça de guerra no Golfo".

Carl Bildt, o ex-primeiro-ministro sueco e co-presidente do Conselho Europeu de

Relações Exteriores, ressaltou o cinismo da posição britânica sobre a captura do Grace I no Estreito de Gibraltar.

"A legalidade da apreensão britânica de um petroleiro rumo à Síria com petróleo do Irã me intriga. Ao referir-se às sanções da UE contra a Síria, mas o Irã não é membro da UE. E a UE, como princípio, não impõe suas sanções aos outros. E o que os EUA fazem", apontou.

Mas o ministro das Relações Exteriores britânico, Jeremy Hunt, que achou muito normal invadir e confiscar um superpetroleiro iraniano no Estreito de Gibraltar, agora assevera que confiscar um petroleiro britânico no Estreito de Ormuz "é inaceitável" e viola a "liberdade de navegação".

Segundo as autoridades espanholas, que contestam o domínio colonial de Londres sobre Gibraltar, a captura do navio iraniano foi para atender ordens de Washington e a política insana de Trump de impor ao Irã zero de exportação de petróleo e o por de joelhos pela fome.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br

Justiça dos Estados Unidos acoberta policial que assassinou homem negro desarmado

Cinco anos após o brutal e gratuito assassinato do camelo negro Eric Garner por um policial branco, Daniel Pantaleo, que o derribou no chão e o estrangulou com um mata-leão, enquanto este repetia por onze vezes "eu não consigo respirar", promotores federais anunciaram esta semana que, atendendo à decisão do ministro da Justiça do governo Trump, William Barr, o criminoso ficará impune.

Pai de cinco filhos, Eric Garner ganhava a vida revendendo cigarros nas ruas de Nova Iorque, e provavelmente sua morte teria sido contada de outro jeito, não fosse um amigo ter filmado tudo com um celular, apesar da ordem de parar dada por outro policial.

Garner estava desarmado, era gordo, e conforme depoimento de um médico legista, a causa da sua morte foi um ataque de asma desencadeado pelo estrangulamento, cuja execução estava proibida pelo Departamento de Justiça desde 1993, após outros casos de morte.

Por si só, o vídeo mostra tudo: Garner que diz "Não consigo respirar!" onze vezes seguidas. Não havia razão para que houvesse um estrangulamento. Não havia ninguém em perigo.

Na época, o assassinato gerou enorme revolta e foi uma das motivações para o movimento "Black Lives Matter", de denúncia da impunidade generalizada de policiais racistas mata-

dores de negros desarmados. Antes do deplorável anúncio público da impunidade, os promotores federais comunicaram a decisão à indignada família de Garner.

Emerald Snipes, do lado de fora da promotória, no Brooklyn, denunciou que a família tinha lutado por justiça para o pai, tinha apelado à ouvidoria da polícia nova-iorquina (CCRB), tinha apelado ao Departamento de Justiça, mas "eles não fizeram o trabalho deles". Ela homenageou a irmã que morreu lutando por justiça.

O policial Pantaleo, que não irá a julgamento pelo covarde assassinato, sequer foi demitido pelo prefeito democrata de Nova Iorque, Bill De Blasio, e continua ganhando salário anual de mais de US\$ 100.000. Não foi sequer suspenso.

Em uma passeata diante da prefeitura de Nova Iorque, a mãe de Garner, Gwen Carr, condenou a omissão dos promotores federais, que "não nos ouviram". Ela denunciou que, para os policiais, "não há estatuto de limitação ao assassinato".

A mãe também exigiu de De Blasio que "faça seu trabalho, demita esses policiais, hoje". "Você não precisa esperar por mais nada. Você vê o DOJ (Departamento de Justiça)? Eles falharam conosco. Então agora tem que vir para a frente e fazer o seu trabalho".

Com a indignação que só uma mãe que teve que

passar pelo suplício de enterrar um filho, morto da forma mais estúpida, consegue expressar, Gwen exigiu do alegado progressista que "venha para a frente, mostre-se como um prefeito, o prefeito que você foi eleito para ser, porque a família Garner não está satisfeita com o que você fez".

"Meu filho está morto. Minha neta está morta. E então tudo o que você está fazendo é 'Desculpe. Você tem minhas condolências? Bem, fique com suas condolências e faça a coisa certa', desancou a mãe de Garner. "De Blasio, você e seu governo, ajam! Demita esses policiais da força hoje! Hoje, estou pedindo que eles sejam demitidos. Nós não queremos esperar mais. Você tem o poder, então o exerça".

O prefeito assevera que a decisão será do Departamento de Polícia nova-iorquina, após o "devido processo". É por isso que o grito de "sem justiça, sem paz", não cessa de ecoar nas ruas dos EUA.

Em entrevista ao programa Democracy Now, da jornalista Amy Goodman, o advogado público de Nova York, que acompanhou a família de Garner no protesto de terça-feira, Jumaane Williams, exigiu a demissão do assassino Pantaleo. "Alguém assassinou alguém diante de uma câmera, e tudo o que nos resta é pelo menos demiti-lo do departamento de polícia".

Leia o texto completo em www.horadopovo.org.br

Tuitadas racistas de Trump contra quatro deputadas de oposição - mandou-as "voltar para seus países rotos" - foram repelidas por 240 a 187 votos. Quatro republicanos votaram contra o racismo

A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou uma inédita resolução que condena as tuitadas racistas do presidente Donald Trump, no domingo, contra quatro parlamentares. Trump, entre outras coisas, mandou-as "voltar para seus países fracassados e infestados de criminosos". (v. <https://horadopovo.org.br/trump-insulta-deputadas-da-oposicao-voltem-aos-seus-paises-rotos/>)

O biliarário reagiu ao repúdio asseverando que "não há um só osso racista no meu corpo". Osso pode não ter, mas que a cabeça é toda racista, lá isso é.

A votação foi por 240 a 187, sendo que quatro republicanos também votaram contra o racismo, apesar da pressão da Casa Branca.

Não foi Trump que, no ano passado, chamou de "países buracos de merda" aos países da América Central e da África?

Ou que, na sua campanha eleitoral, xingou os mexicanos de "estupradores"? Ou que, anos antes, foi um dos principais apoiantes da fake news de que Obama sequer era norte-americano, mas "queniano"?

Três das quatro deputadas atacadas por Trump nasceram nos EUA e uma se naturalizou. As ofendidas são Alexandria Ocasio-Cortez (deputada por Nova Iorque, de origem porto-riquenha); Ayanna Pressley (deputada negra de Massachusetts), Rashida Tlaib (do Michigan, de ascendência palestina) e Ilhan Omar (do Minnesota, nascida na Somália).

Foi uma condenação sem precedentes. A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, ironizou o slogan eleitoral de Trump, declarando que o que ele quer mesmo é fazer "a América branca de novo", no pior sentido.

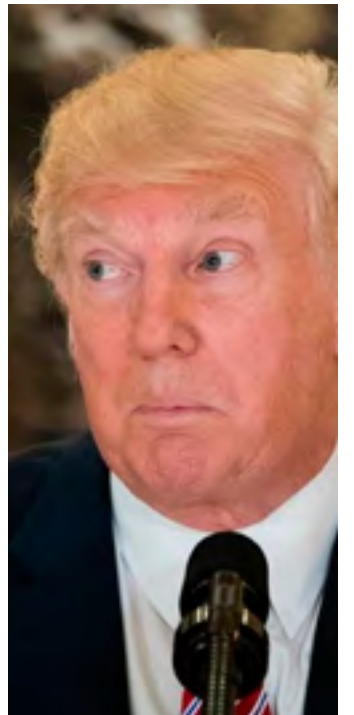
De volta ao tuite, Trump insistiu em atribuir às deputadas o ódio que ele propaga, por denunciarem sua xenofobia e racismo e chamarem seus centros de detenção em massa de imigrantes de "campos de concentração". O que, efetivamente, são, e sob a gestapo da fronteira de Trump. Mas revelar isso, segundo ele, é "antiamericano".

O líder democrata no Senado, Chuck Schumer, criticou o silêncio nas hostes republicanas sobre os xingamentos de Trump a parlamentares. "Pergunte-me se o silêncio de muitos republicanos diante dos tuites xenófobos é por vergonha ou porque concordam com ele", questionou. Schumer considerou as duas opções "igualmente indesculpáveis".

DIREITO AO ASILO

Em outra frente, a principal entidade de defesa dos direitos nos EUA, a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) processou o governo Trump na terça-feira em uma corte federal da Califórnia contra a nova norma para pedido de asilo decretada pela Casa Branca, que na prática impediria quase todos os migrantes de buscarem asilo na fronteira sul dos EUA.

Pelo ardil de Trump, qualquer migrante que não solicitar proteção em



Após a derrota Trump jurou que não é racista

outro país pelo qual passe a caminho da fronteira com os EUA, incluindo crianças viajando sozinhas, terá o asilo negado.

Se não for derrubada, a regra efetivamente impediria que pessoas de Honduras, Salvador e Guatemala – que são a principal parcela da onda de refugiados em andamento – procurassem refúgio nos Estados Unidos.

"Este é o ato mais extremo do governo Trump em matéria de proibição de asilo. Claramente viola leis nacionais e internacionais, e não pode ficar de pé", afirmou o advogado da ACLU, Lee Gelernt. No processo, são réus o ministro da Justiça de Trump, William Barr, e uma série de autoridades de imigração dos EUA.

INCONSTITUCIONAL

A nova regra exige dos solicitantes que primeiro tenham pedido asilo e tenham sido rejeitados em um dos países que viajaram antes de se tornarem elegíveis para aplicar nos Estados Unidos, o que constitui flagrante violação da cláusula de "terceiro país seguro" e transferindo ao México e Guatemala o ônus do processamento do pedido de asilo.

Como resultado, a nova regra forçaria as pessoas a retornarem aos países "que estão cheios de perigo e violência", adverte a ACLU no processo.

Até mesmo as autoridades da imigração sob Trump admitiram que a coisa está muito mal parada. "Estamos mais uma vez sendo solicitados a nos adaptar, e a fazê-lo com muito pouco tempo para treinar e preparar", disse John Lafferty, chefe da divisão de asilo dos Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA (USCIS), em um e-mail a que a Reuters teve acesso.

Em outro movimento xenófobo destinado a punir os que foram empurrados para a estrada, rumo à fronteira dos EUA, sob décadas de intervenção e pilhagem norte-americana na América Central, o regime Trump cortou centenas de milhões de dólares em ajuda a Honduras, El Salvador e Guatemala. Como assinalou uma manifestação anti-xenofobia no final de semana, "se Trump não quer que os refugiados venham, têm de parar de criá-los em massa".

ANTONIO PIMENTA

Os dois Ruis Barbosa e os anarquistas

O jeito de conciliar um e outro é o mais lógico: um deles não existiu

CARLOS LOPES

Meu avô, Antenor José de Castilho, tecelão que foi anarquista nas primeiras décadas do século XX, falava, às vezes – rindo – das manifestações operárias que passavam pela rua São Clemente, em Botafogo, quando, sempre, alguém subia no muro da casa mais famosa dali, a de Rui Barbosa, para acenar com uma bandeira negra.

Não era uma saudação ao grande Rui, mas uma espécie de vingança, pois o morador da casa, segundo meu avô, conseguira, com os ingleses que exploravam os bondes, que na sua rua não trafegassem veículos com reboque (nos bondes da época, o carro da frente era reservado aos passageiros que vestiam terno, gravata, colete, e o escambau; por isso os operários – e o povo em geral, um pessoal não muito branco ou nada branco – eram transportados no reboque).

Essa história, que meu avô contava, sempre me pareceu uma dificuldade para considerar a personalidade histórica de Rui Barbosa nas devidas dimensões, apesar de escrever bastante – e positivamente – sobre ele.

Mas, como conciliar este homem, que, supostamente, não queria que o povo passasse nem pela sua porta, com aquele outro do “**Parecer Sobre a Emancipação dos Escravos**”? (v. **A formação do abolicionista Rui Barbosa, O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores e Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos**).

Ou com aquele que foi amigo e colega de Luiz Gama na redação do Radical Paulistano – e, depois, escreveu uma das mais emocionantes reminiscências sobre o abolicionista negro?

Ou, ainda, com aquele que, ao eclodir a Revolta da Chibata, em 1910, interrompeu sua licença do Senado – ele acabara de enfrentar uma duríssima campanha presidencial – para, na tribuna, dizer:

“É preciso, porém, não esquecer a verdade e a justiça que jazem no fundo íntimo dessas reclamações [dos marinheiros]; é preciso não desconhecer nas reclamações dessa massa que se levanta um princípio de direito de humanidade, de grande princípio de humanidade e de direito, mas os quais não podem ser reivindicados senão pelas armas que as nossas leis e a Constituição lhes asseguram.

“... acabam de mostrar os nossos marinheiros que não são meras máquinas de caprichos e de preten-

sões desatinadas; que no íntimo de sua alma existem paixões ardentes, sentimentos profundos, com os quais devemos contar.

“Os marinheiros, como os soldados, são sagrados na sua pessoa. Maltratá-los, sobrecarregá-los com excesso de serviços é ofender um dos princípios de humanidade que mais se impõem aos países civilizados” (cf. **Obras Completas**, vol. XXXVII, t. 3, pp. 150-151).

E, no dia seguinte, 24 de novembro de 1910, ao propor anistia para João Cândido e seus companheiros:

“... é necessário não esquecermos o valor da gente que tripula essas tremendas máquinas de guerra. Digamo-lo com alguma vaidade, com algum desvanecimento por honra dos nossos compatriotas.

“O que constitui a força das máquinas de guerra não é a sua mole, não é a sua grandeza, não são os seus aparelhos de destruição – é a alma do homem que as ocupa, que as maneja e as arremessa contra o inimigo.

“As almas desses marinheiros que povoam os nossos grandes *dreadnoughts*, hoje, em nossa baía (sejam os nossos ainda para com esses infelizes no momento do seu crime), as almas desses homens têm revelado virtudes que honram a nossa gente e a nossa raça.

“Li hoje com admiração as declarações do nobre Deputado, Sr. José Carlos de Carvalho; vi como esses homens lhe mostravam com orgulho os seus navios, dizendo: — Senhores. Isto é uma revolta honesta!

“Eles tinham lançado ao mar toda a aguardente existente a bordo para se não embriagarem; tinham feito guardar com sentinelas as caixas onde se acham depositados os valores; tinham mandado atalaia com sentinelas os camarotes dos oficiais para que não fossem violados; tinham guardado na organização do movimento um sigilo prodigioso entre os costumes brasileiros; tinham sido fiéis à sua ideia; tinham sido leais uns com os outros, desinteressados na luta, e, por que não dizer, em vez de se entregarem aos impulsos dos instintos tão desenvolvidos e tão naturais em homens da sua condição, servindo-se mediata e refletidamente dos meios destruidores de que dispunham contra a cidade, fizeram concessões e estabeleceram a luta como se fossem forças regulares contra inimigos regularmente constituídos.

“Gente desta ordem não se despreza. Lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ela



Rui Barbosa, em 1910, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República



representa.

“Esses homens que se aventuraram a meios bárbaros na ameaça que nos fazem de bombardear a grande capital brasileira, a isto foram levados pelas consequências irresistíveis da situação em que se tinham colocado, pelos desvios a que se tinham aventurado na reivindicação de algumas pretensões, nas quais não se poderá deixar de reconhecer o caráter de verdadeiro direito. (Muito bem.)

(...)

“Abusos com os quais, na gloriosa época do abolicionismo, levantamos a indignação dos nossos compatriotas, quando nos batíamos pela liberdade; abusos que fazem desconhecer, no soldado e no marinheiro, as qualidades principais daqueles que têm de expor a vida para defender a Nação — as qualidades de homem.

“É um engano acreditar-se que o regime racional e humano da abolição dos castigos corporais pode influir para reduzir as forças disciplinares do Exército e da Armada.

“Estou perfeitamente convencido do contrário. Acredito que todo o movimento saído de almas abatidas – reduzidas a condições servis, em que é criado o homem sujeito à aviltadora condição de escravo; tudo aquilo que diminui no homem o sentimento moral; tudo aquilo que aproxima o homem da condição de besta-fera; tudo aquilo que desconhece a impressão de honra e de dever; tudo aquilo que apela do homem para os instintos materiais e brutos, tudo isto que se resume no emprego do látigo, do tagante, da chibata, aplicada sobre o dorso humano – não tende senão a desviar o homem e a prepará-lo para as surpresas mais terríveis contra a sociedade e a ordem.

“É entre os homens educados e ensinados a conhecer as razões pelas quais se devem obter os limites do mando, que se formam as sociedades bem disciplinadas, que se preparam os corpos para afrontar o perigo, sem considerações aos riscos a que se expõem.

“Acostumado a não chibatar seus comandados, habitua-se a

medir o que podem; habitua-se a não se exceder ao que lhe cumpre; habitua-se a governar-se para saber governar; habitua-se a poder ser chefe, sem ser escravo.

“A escravidão começa por desmoralizar e aviltar o senhor, antes de desmoralizar e aviltar o escravo” (cf. idem, pp. 161 a 164).

SOLUÇÃO

Então, como conciliar esses dois homens, os dois com o mesmo nome – Rui Barbosa?

Descobri somente há poucos dias. O jeito de conciliar um e outro é o mais lógico: um deles não existiu. Portanto, não há nada a conciliar.

Lendo “**A Sombra de Rui Barbosa**”, de Américo Jacobina Lacombe, organizador da Casa de Rui Barbosa (e também da fundação de mesmo nome) e principal editor das *Obras Completas* de Rui, encontrei o trecho abaixo:

“Lenda paralela (...) é a do horror de Rui Barbosa ao povilêu, que o teria levado até a conseguir a diretoria da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico a supressão do bonde de segunda classe de sua rua, para não ter o desprazer de ver passar em frente a sua casa o ‘zé-povo’, e especialmente a gente de cor. Para quem abre uma planta do bairro de Botafogo torna-se evidente que, a ter de fazer correr uma só composição de segunda classe, ou reboque desse tipo, o itinerário lógico seria a rua central do vale, que é a Voluntários da Pátria, que corta todas as transversais pelo meio, entre General Polidoro e São Clemente, e nunca esta última, que, a esse tempo, não possuía nenhuma transversal para o lado da montanha. Mas um maldizente adversário, que desertou das fileiras civílicas, lançou a calúnia que fez carreira, como fazem todas que visem a incompatibilizar um espírito superior com as classes humildes, naturalmente desconfiadas.

“O que há de grave é que não há mito mais generalizado em relação a Rui Barbosa. Qualquer operário já o ouviu. A todo momento, ele aparece nas rodas de proletários, e é inútil tentar destruí-

lo. A verdade, diz-se logo, é que os bondes de segunda não passavam por aqui. É inútil dizer que, como campeão do abolicionismo, Rui não poderia ter preconceitos de cor; inútil apelar para o parecer sobre a Lei de 1884 – documento de profundo senso social e que os anti-ruístas procuram não citar; inútil lembrar o discurso de 1888 considerando o 13 de maio como um ponto de partida, e não como uma meta; inútil lembrar a primeira lei trabalhista promulgada pelo Governo Provisório; inútil dar o testemunho de todos que viram a afabilidade e a cordialidade de Rui para com todos os humildes. Inútil tudo isto. A lenda do veto ao bonde de segunda classe está incorporada às tradições da cidade. Surpreendemo-la, às vezes, entre pessoas que parecem nada mal dispostas em relação ao caluniado. Curioso é que ela tomou outras formas, e começa a se transformar numa espécie de maldição contra a Rua São Clemente, lançada talvez por um bruxedo.

“O atual diretor desta Casa, faz poucos anos, esperava, no centro da cidade, condução que viesse por São Clemente. Passaram várias, via Voluntários que, como é óbvio, percorrem uma rua mais central. Ao se aproximar o terceiro via Voluntários, um desconhecido, sentindo que tinha um companheiro de infortúnio, não se conteve e explodiu:

“- O Sr. também espera condução para São Clemente, não é? Somos infelizes. Desde o tempo em que Rui Barbosa impediu a passagem por ela de bondes de segunda classe, que esta rua é uma rua desgraçada. Tudo isto vem do Rui Barbosa...” (v. Américo Jacobina Lacombe, **A Sombra de Rui Barbosa**, col. Brasileira nº 365, CEN/INL, 1978, pp. 162-163).

Jacobina Lacombe era um homem rigoroso, que, portanto, merece confiança. Além disso, o que ele diz sobre esse assunto tem lógica. O que não tem é a versão de dois Ruis.



O crânio de uma jovem *Australopithecus afarensis*, conhecida como a filha de Lucy. Selam, como o fóssil é chamado, viveu há 3,3 milhões de anos no que hoje é a Etiópia - Foto: Scientific American

Assim caminhou a humanidade

Walter Neves* e Victor de Oliveira**

E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará (João 8:32)

Tudo começou há 7 milhões de anos, com o surgimento dos primeiros macacos bípedes. O primeiro bípede é conhecido como *Sahelanthropus tchadensis* e foi encontrado em 2002 no deserto do Chade. A bipedia é o traço característico da nossa linhagem, a dos hominínios. No início, a bipedia era facultativa, mas há cerca de 2,5 milhões de anos ela passou a ser estritamente terrestre. Esse fenômeno coincide com o surgimento do gênero *Homo* no registro fóssil. Datam também dessa época outras características bastante humanas, como cérebros maiores do que aqueles dos grandes símios e a fabricação das primeiras ferramentas de pedra. Até 2 milhões de anos atrás toda a evolução de nossa linhagem se restringiu à África.

Mas há 1,8 milhão de anos um de nossos ancestrais mais famosos, o *Homo erectus*, já podia ser encontrado no Cáucaso, como atestam os cinco crânios dessa idade exumados nos anos 2000 na jazida de Dmanisi, na República da Geórgia. A capacidade craniana desses indivíduos varia entre 650 e 750 cm³. Por volta de 1,5 milhão de anos atrás esse nosso ancestral, que surgiu na África, já podia também ser visto nas paisagens europeias e asiáticas, às vezes com cérebros que atingiam 900 cm³.

Se a primeira indústria de pedras lascadas – chamada de Olduvaiense – era caracterizada apenas por lascas simples, sem retoques, por volta de 1,7 milhão de anos atrás surgiu a indústria lítica Acheulense, com as primeiras ferramentas idealizadas mentalmente, com sinais de preconceção. Coincidentemente, essas primeiras ferramentas planejadas só surgem no registro fóssil com o desenvolvimento do cérebro acima de 900cm³.

Por volta de 600 mil anos surgiu o *Homo heidelbergensis*, os primeiros cabeçudos. Esses hominínios já apresentavam uma capacidade craniana muito próxima à nossa, cerca de 1200 cm³. Na Europa esses hominínios deram origem ao *Homo neanderthalensis* – os neandertais – com capacidade craniana de cerca de 1450 cm³.

Na África os *heidelbergensis* deram origem à nossa espécie, *Homo sapiens*, há cerca de 200 mil anos, com capacidade craniana de cerca de 1350 cm³. Mas foi só 50 mil anos atrás que nós nos espalhamos por todo o planeta, encontrando várias espécies ainda arcaicas pelo caminho. Essa expansão foi rápida. Há 45 mil anos o homem moderno já estava na Austrália e há 14 mil anos, na América. Em alguns casos trocamos genes com essas espécies arcaicas, como, por exemplo, com os *neandertais*.

Entre 70 e 50 mil anos atrás ocorreu uma mudança no cérebro do *Homo sapiens* que levou a uma explosão de sua criatividade, incluindo a tecnológica. Esse episódio é denominado a Explosão Criativa do Paleolítico Superior. Foi a partir de então que começamos a produzir e manipular símbolos. Passamos a atribuir significado a quase tudo em nossa volta, incluindo uma significação para a própria vida. Surgiram as primeiras manifestações artísticas, tais como a escultura e a pintura parietal. Tanto a primeira quanto a segunda têm, de saída, forte viés xamanístico, indicando, portanto, que o sentimento de religiosidade também fez parte do pacote.

Isso pode fazer parecer que somos especiais. Entretanto, quase fomos pro saco por volta de 70 mil anos atrás. A explosão de um super vulcão na Indonésia provocou um inverno nuclear de cerca de 5 anos por todo o planeta. Poucos de nós sobrevivemos a essa hecatombe. Nossa espécie foi reduzida a meros 10 mil indivíduos, população essa similar à dos chimpanzés atuais, considerados em perigo de extinção.

Também estamos longe de ser o resultado de um design inteligente. Basta ver uma mulher parindo que isso fica muito claro. É um dos preços que tivemos que pagar pela fixação da bipedia em nossa linhagem. O canal do parto se estreitou e para minorar a situação, mas não para resolvê-la totalmente, nossas crias começaram a nascer com cérebros muito pequenos e imaturos e se tornaram extremamente dependentes de cuidado parental por um longo período, muito maior do que em qualquer outro macaco.

E assim caminhou a humanidade. É essa a narrativa que tem que ser ensinada nas escolas se, de fato, formos um Estado laico.

* é Professor Sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP

** é aluno do Instituto de Matemática e Estatística da USP